PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS

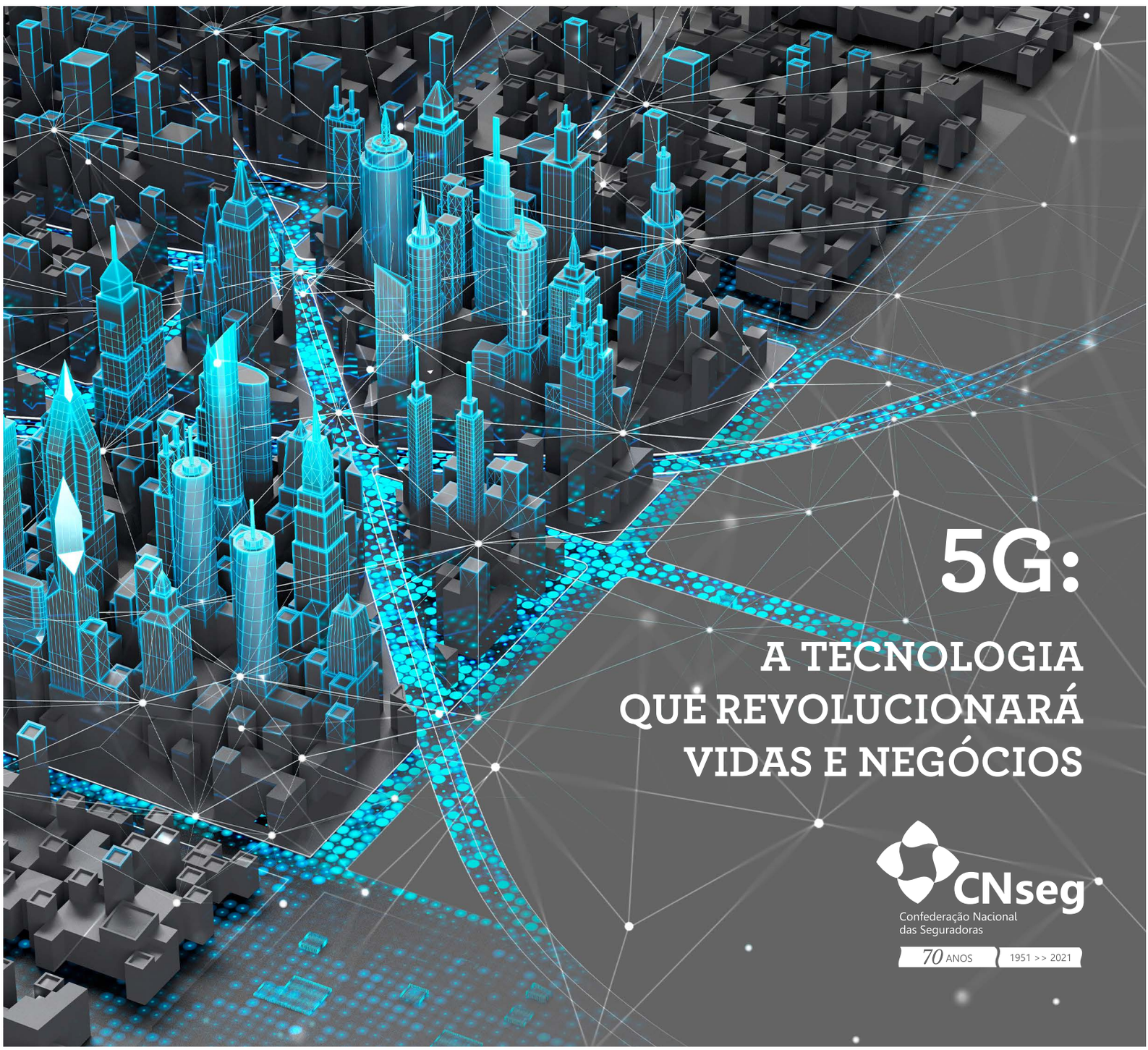
ANO 93 • Nº 915

REVISTA DE SEGUROS

• RESILIENTE EM 2020, SETOR ESPERA REAÇÃO EM 2021

• AVANÇO DAS REFORMAS É ANTÍDOTO A RISCO FISCAL

• ENTENDA POR QUE O BC DEVE SER INDEPENDENTE



5G:

A TECNOLOGIA QUE REVOLUCIONARÁ VIDAS E NEGÓCIOS

CNseg
Confederação Nacional das Seguradoras

70 ANOS | 1951 >> 2021

IDEIAS TRANSFORMAM

PARTICIPE DO PRÊMIO DE INOVAÇÃO EM SEGUROS 2021

INSCRIÇÕES ABERTAS

Conte pra gente de que forma você e a sua equipe estão contribuindo para transformar esse momento desafiador, em oportunidades para a sua empresa.

www.premioseguro.com.br

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

SUMÁRIO

06

ENTREVISTA

O economista Alexandre Schwartsman classifica a reforma administrativa como "importantíssima", mas propõe alteração na PEC 32/20 e aponta obstáculos a serem vencidos.

09

5G NO BRASIL

Prevista para entrar em operação no País daqui a um ano, a quinta geração de telefonia móvel deve trazer impactos sociais e econômicos para pessoas, empresas e governos.

15

BC INDEPENDENTE

Além de mandatos fixos para a Diretoria, projeto de autonomia do Banco Central objetiva suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego no País.

18

RISCO FISCAL

Relatório de Inflação do BC, referente ao quarto trimestre de 2020, aponta a continuidade do processo de reformas como "essencial" para a recuperação sustentável da economia do País.

22

BALANÇO DO SETOR

A reação positiva das seguradoras diante do cenário adverso de 2020 reforça a resiliência do setor, que deve se recuperar de forma lenta e gradual ao longo do ano que se inicia.

28

LEI DE FALÊNCIAS

Novo texto da Lei 14.112/20, que facilita o reequilíbrio financeiro de empresas em dificuldades, foi sancionado pelo Presidente Bolsonaro no final de dezembro, com seis vetos.

29

PIX

A nova forma de pagamento ainda não foi incorporada pelo mercado segurador, mas a expectativa é de que venha a contribuir para reduzir os custos das companhias de seguros.

34

PESQUISA CNI

Estudo traz novos elementos para o debate da reforma administrativa, ao mostrar que o peso do funcionalismo público no Brasil, tendo o PIB como parâmetro, é um dos maiores do mundo.

36

EDUCAÇÃO SECURITÁRIA

A despeito das conquistas obtidas na comunicação com consumidores, ainda é um desafio para o setor segurador levar informações sobre produtos e serviços ao grande público.

EXPEDIENTE

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE
Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE
Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS
Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES
Gabriel Portella Fagundes Filho, Ivan Luiz Gontijo Junior e Luciano Snel Corrêa

DIRETOR NATO
Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES
Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Fernando Perez-Serrabona Garcia, Francisco Alves de Souza, João Francisco Silveira Borges da Costa, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Luiz Fernando Butori Reis Santos, Márcio Hamilton Ferreira, Nilton Molina, Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS
Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA
Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE
Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS
Neide Fujioka e Vagner Ricardo

ORIENTAÇÃO EDITORIAL
Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho, Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz Palheiro Mendes e Vera Soares

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Cláudia Mara Alcon dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO
Interponto

COLABORADORES
Bianca Rocha, Cecilia Barroso, Chico Santos, Eliane Lannes, Francisco Luiz Noel, Jorge Clapp, Letícia Nunes, Mário Moreira, Michel Alecrin e Raquel Perin

FOTOGRAFIA
Arquivo CNseg, arquivo pessoal, divulgação de empresas, banco de imagens Google

PROJETO GRÁFICO
Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA
Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO
Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA
Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra1/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

DISTRIBUIÇÃO
Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE
Trimestral

CIRCULAÇÃO
Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus, essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

[Por: Marcio Serôa de Araujo Coriolano Foto: Arquivo CNseg]

UMA REVOLUÇÃO A CAMINHO DO PAÍS COM O 5G, E OS NÓS QUE PRECISAM SER DESATADOS

Uma nova revolução tecnológica a caminho do País terá como marco inicial a licitação da tecnologia de quinta geração de telefonia móvel - 5G - prevista para o primeiro semestre de 2021. Além da abundância de recursos na sua implantação e dos acréscimos ao PIB com serviços inovadores que poderão ser massificados, indústrias operadas à distância, cirurgias remotas, cidades inteligentes, drones e robôs com uso ampliado, sobretudo no agronegócio, são algumas das inúmeras possibilidades no radar do 5G, com impactos sociais e econômicos imensuráveis para pessoas, empresas e governos.

A tecnologia de quinta geração, naturalmente, também será impactante para o mercado de seguros. A começar pela própria celeridade - dez vezes mais veloz que a atual internet - agilizando todas as rotinas operacionais e ampliando o uso de novas tecnologias, dos artefatos móveis operados à distância para a liquidação de sinistros até o controle, igualmente remoto, de equipamentos para impedir a ocorrência de incêndios. Por outro lado, a crescente conectividade produzida pelo 5G, dizem os especialistas, amplia o risco dos ataques cibernéticos, e, portanto, exige que o setor segurador esteja preparado para oferecer proteção para essas circunstâncias.

Esta edição reúne também depoimentos das principais lideranças do setor de seguros, avaliando os efeitos do choque produzido pela pandemia do novo coronavírus e as perspectivas para 2021. São treze líderes - Presidentes da CNseg, e de suas quatro Federações integrantes - , FenSeg, FenaSaúde, FenaCap, FenaPrevi, além dos oito dirigentes dos Sindicatos das Seguradoras - que apresentam um balanço da resiliência do setor e os próximos passos em um cenário que, espera-se, a vacinação em massa seja capaz de dar mais tranquilidade a todos em 2021.

No campo macroeconômico, há diversos nós, além da vacinação em massa, que precisam ser desatados. A reforma administrativa, por exemplo, é importantíssima, mas a PEC que tramita no Congresso não parece suficiente para alcançar os objetivos de, a curto prazo, aliviar o ritmo de crescimento da despesa obrigatória , afirma o economista Alexandre Schwartsman e ex-Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC) em entrevista exclusiva concedida à *Revista de Seguros*.

Sem reformas, o risco fiscal é uma ameaça visível de descontrole, concorda o grupo de economistas convidados para avaliar o tema. O equilíbrio entre receitas e despesas é uma prioridade. Há que se buscar soluções firmes para impedir o crescimento de despesas obrigatórias, especialmente com pessoal, que absorvem quase a totalidade dos gastos.

Também considerada uma reforma importante, a autonomia do Banco Central é contribuição relevante para a estabilidade econômica e nunca esteve tão perto de se materializar. Após aprovada no Senado, a proposta tramita na Câmara dos Deputados e tem apoio do Governo. O ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga e o ex-Diretor Carlos Thadeu de Freitas avaliam os benefícios e fazem algumas ressalvas importantes sobre o projeto em análise no Congresso.

Ainda no campo das mudanças institucionais que o Brasil precisa empreender, a nova Lei de Falências, já sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro é avaliada positivamente por especialistas, que entendem que ela torna os planos de recuperação judicial mais flexíveis, amplia as chances de sobrevida das empresas e, também, impacta as operações das seguradoras credoras ou garantidoras de empréstimos.

A *Revista de Seguros* debruçou-se ainda sobre um mercado de grande potencial a ser explorado. Trata-se da navegação fluvial. O Brasil possui 63 mil quilômetros de rios com potencial para a navegação, mas desperdiça grande parte desse recurso natural à disposição do transporte: apenas 18,6 mil quilômetros (29,5%) são aproveitados para a movimentação de cargas e passageiros – extensão menor do que a utilizada no início da década passada. Apesar de o País ter doze regiões hidrográficas e do modal ser seguro, barato e menos poluente, a navegação fluvial responde por somente 5% do deslocamento de mercadorias. Navegar é preciso.

Além de esperanças e desafios do ano novo, o setor de seguros já tem um motivo para comemorar: a CNseg completará seus 70 anos de existência em 2021. Um selo comemorativo será exposto em todas as publicações e documentos corporativos já no começo do ano, as ações mais importantes desse período serão lembradas e outras ações impactantes serão realizadas no decorrer do novo ano.

Boa leitura e feliz ano-novo!

[**Por:** Eliane Lannes **Fotos:** Divulgação]

"A FRAGILIDADE FISCAL NÃO É RESULTADO DA PANDEMIA"

O economista Alexandre Schwartsman chega a impressionar pela forma direta e sem aparente espaço para dúvidas quando fala sobre a Reforma Administrativa, a PEC 32/20, enviada em setembro para votação do Congresso Nacional. Para ele, a Reforma é importantíssima, mas não como está na PEC governamental. Schwartsman, que foi Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC) e economista-chefe do grupo Santander Brasil, diz que o Brasil sabe o que precisa fazer para não entrar em uma ciranda de inflação e recessão nos próximos anos. Formado em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), com doutorado em Economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e serviços prestados ao Crédit Agricole Indosuez, BBA, Unibanco, ABN-Amro e Santander, o economista aponta, nesta entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, a urgência da Reforma Administrativa e os obstáculos a serem vencidos.

O que representa a PEC 32/20 sobre a Reforma Administrativa?

Alexandre Schwartsman - Um caso clássico da montanha parindo um rato. Não aborda os problemas que temos – pelo menos, não no prazo que a gente imagina que eles precisam ser resolvidos.

Mas permitirá que o Governo reduza custos e obedeça ao teto de gastos, fundamental para a política fiscal?

Existem outras alternativas para se lidar com o problema da rigidez de gastos no Brasil. Por um lado, há um limite de gastos; por outro, há uma dinâmica de gastos obrigatórios (previdência, funcionalismo, vinculações). E isso vai, logicamente, espremendo o gasto discricionário. As reformas são necessárias para cumprir o teto e para, de alguma forma, aliviar o ritmo de crescimento da despesa obrigatória. Então, a Reforma Administrativa se enquadra? Sim. Ela vai ter efeitos grandes num prazo curto? Provavelmente, não.

"As reformas são necessárias para cumprir o teto e para aliviar o ritmo de crescimento da despesa obrigatória. Então, a Reforma Administrativa se enquadra? Sim. Ela vai ter efeitos grandes num prazo curto? Provavelmente, não."

O que teria efeitos maiores?

Alguma flexibilização do ponto de vista de jornada de trabalho com pagamento de salário do funcionalismo traria resultados mais claros. Alguma desvinculação de gastos. Uma ideia que foi discutida e, parece abandonada, por exemplo, é ter um piso conjunto para saúde e educação. Assim, se conseguiria uma distribuição mais eficaz, equitativa. Para uma sociedade que está envelhecendo e, portanto, terá mais idosos e menos crianças, é preciso aumentar o gasto em saúde mais do que em educação. Tem que equilibrar esse tipo de coisa. Essas iniciativas é que darão alguma flexibilidade para o programa orçamentário. Eu acho, em particular, que o teto de gastos não vai sobreviver.

E vai acontecer o quê com o País?

Vai passar por um processo inflacionário. O Banco Central não vai conseguir reagir, as pressões inflacionárias vão subir, iremos para um quadro de inflação permanentemente mais alto. Não é para o ano que vem, mas para daqui a uns dois ou três anos. Se não mantiver o teto de gastos, a válvula de escape vai se dar pela inflação.

O endividamento público do Brasil já era a maior preocupação fiscal antes da crise da Covid-19 e se agravou. Como o País vai sair desse quadro de fragilidade?

Não tem saída. A fragilidade fiscal não é resultado da pandemia. Com a crise da Covid-19, se agravou - e não foi pouco. Mas não parece que a sociedade brasileira internalizou o problema, não parece ter entendido a gravidade da questão. Não é por acaso que o Governo mandou uma proposta tão pífia de Reforma Administrativa para a Câmara. Ela reflete, em parte, a própria falta de convicção do Presidente da República, que sempre foi um líder sindical, especificamente do segmento militar do funcionalismo, mas cuja política toda foi em oposição a qualquer alteração no *status quo* do funcionalismo. Essa é a visão de mundo dele. O Congresso não parece disposto a mudar as regras a respeito do funcionalismo. A minha impressão é que o País não está preparado para lidar com o problema do funcionalismo. Aí, será isso, vai fazer uma reforma que não reformará nada.

Há uma rejeição grande da sociedade e do mercado que não gostariam que fosse do jeito que está na proposta governamental, com mudanças somente para o futuro.

Compare, neste momento de crise: muitos perderam o emprego ou tiveram salários reduzidos, menos o funcionalismo. O que o atingiu? Nada! Um trabalho em que se recebe mais, tem melhores condições de aposentadoria e é intocável, mesmo numa gigantesca crise, como a atual. O Supremo (STF), sempre pronto a defender os interesses da casta, considerou inconstitucional o dispositivo da lei de responsabilidade fiscal que permitia redução de jornada proporcional, um dos pontos que deveria ser incluído na PEC Emergencial, mas que acabou não entrando - para se ter ideia do quanto há resistência. O que fica disso? Que está tudo bem a pessoa que trabalha no setor privado ganhar menos, trabalhar menos. Porém, no setor público, isso não pode, rigorosamente, acontecer. Essa é a mensagem que fica. Então, não há nenhum mecanismo de ajuste para a situação que estamos vivendo e que seria tão necessário. De maneira geral, não tem nada, nem uma válvula de escape para

"O Banco Central não vai conseguir reagir, as pressões inflacionárias vão subir, iremos para um quadro de inflação permanentemente mais alto. Se não mantiver o teto de gastos, a válvula de escape vai se dar pela inflação."

que os Estados possam lidar a médio prazo com esse problema. Estamos caminhando a passos firmes na direção do muro até a hora em que vamos bater com a cara nele.

Como separar o que é eficaz e o que não é no serviço público? Os concursos, a estabilidade, o alto número de benefícios, as progressões automáticas...

Olha, o concurso já existe de maneira geral para o ingresso na carreira. O que já existe também é a estabilidade, que faz sentido porque não é uma ideia boa deixar todo mundo solto; a gente sabe que punições podem ser feitas contra determinados funcionários não estáveis. Mas teria que ser limitado para algumas carreiras e não abranger todas. E, sim, alguma política de equiparação de salários. Logicamente, não dá para comparar o setor público e o privado porque são carreiras distintas. Mas há, em atividades e qualificações semelhantes, a realidade do alto salário no setor público em contraponto ao privado – nas mesmas circunstâncias de trabalho, preparo e capacitação. Então, parece haver distorções. Esses erros históricos têm que ser corrigidos, mas não tenho a menor expectativa de que isso vá acontecer. A gente sabe o que tem que ser feito, mas teria que ter pessoas interessadas em fazer. Não vejo isso.

Acha que o Congresso vai fazer muitas alterações na PEC32/20?

Não. Os parlamentares podem até aprovar essa PEC mas, se acontecer, acho que ela muda muito pouco. A questão relevante é: o Congresso vai alterar o *status quo*? Eu acho que não vai mudar como se deve. Para deixar bem clara a minha opinião: não há ceticismo quanto à emenda constitucional em si, mas quanto aos efeitos.

Uma questão recorrente: qual reforma é mais importante para o Brasil, a tributária ou a administrativa?

A questão tributária eu vejo como mais importante e a administrativa, se bem feita, como mais urgente. Mas estamos naquele ponto em que acabamos fazendo o urgente no lugar do que é importante. Se eu tiver que escolher uma, pela questão da urgência, iria para a administrativa. Agora, nada impede que a gente possa tratar as duas simultaneamente. A ideia da reforma tributária não é, em tese, arrecadar mais e, sim, a de simplificar a arrecadação. Não só o ICMS, mas todos os impostos indiretos, como PIS, Cofins, ISS etc., unificar tudo. Pelo menos, é o caminho que gostaríamos. O impacto seria eliminar um grande conjunto de instruções que teria enorme impacto sobre a produtividade.

Que tipo de impacto?

Estamos cansados de ver a produção em lugares distantes das fontes de matéria-prima e do mercado consumidor. Não faz o menor sentido. Exceto, para economizar algum imposto, obter vantagem tributária. Por exemplo: o cara compra a matéria-prima no Acre, produz no Rio Grande do Sul e vai vender em São Paulo. Efeito de produtividade é obvio. Há uma distorção do que é serviço e o que é a parte de bens. Por que a gente não produz com estrutura pré-fabricada no Brasil? Porque a estrutura pré-fabricada é tributada como bem industrial e é mais cara. Em muitos casos, para economizar imposto, acaba gerando uma logística desnecessária e prejudicando o processo produtivo. Em vez de permitir especialização ao longo das cadeias de produção, acaba criando cadeias mais longas dentro da empresa justamente para evitar a questão tributária. Ou seja, há um conjunto de instruções que pesa muito contra a produtividade e a economia. E a proposta de um imposto sobre valor agregado cobrado no destino, igual serviços e bens industriais e, basicamente, reconhecendo os créditos tributários da nova cadeia, obviamente, não seria imediato. E diga-se que a Reforma Tributária tem efeitos distributivos também, e isso é muito importante. Tem impacto grande, porque o serviço é subtributado no Brasil. Rico consome mais serviços, pobre consome mais bens. Mudar essa estrutura de forma que reduza a carga tributária sobre bens e eleve sobre serviços teria um bom efeito também no sentido de melhorar a distribuição de renda.

O Congresso não parece disposto a mudar as regras a respeito do funcionalismo. A minha impressão é que o País não está preparado para lidar com o problema. Aí, será isso, vai fazer uma reforma que não reformará nada."

[**Por:** Mário Moreira **Fotos:** Arquivo CNseg, divulgação e banco de imagens Google]

5G NO BRASIL: UMA REVOLUÇÃO A CAMINHO

A quinta geração de telefonia móvel deve entrar em operação dentro de um ano no País, com impactos sociais e econômicos para pessoas, empresas e governos.

O sonho de uma internet mais veloz, capaz de permitir ações mais complexas e com respostas muito mais rápidas, está próximo de virar realidade no Brasil. Se tudo correr como o esperado, dentro de cerca de um ano entrará em operação em larga escala no País a tecnologia 5G, a quinta geração da telefonia móvel. O 5G promete revolucionar a vida de pessoas, empresas e governos, com enormes impactos sociais e econômicos e benefícios para todos os usuários.

O passo fundamental será dado provavelmente no primeiro semestre de 2021, com o megaleilão dos blocos de radiofrequência que as operadoras de telefonia móvel usarão para as redes 5G. As regras do leilão e os blocos a serem ofertados estão sendo definidos pela Agência Nacional de Telecomunicações. Oficialmente, a Anatel afirma não ter ainda uma previsão do valor a ser arrecadado, mas as estimativas dos especialistas chegam a US$ 50 bilhões.

O tema do 5G é fundamental em um país que detém uma das maiores redes de telefonia móvel do mundo e que conta, atualmente, com 225 milhões de aparelhos celulares. O número coloca o Brasil como o quarto maior mercado do mundo, atrás de China (800 milhões), Índia (700 milhões) e Estados Unidos (285 milhões), segundo dados da GSMA (Associação Mundial das Operadoras Móveis). Para a imensa maioria dos brasileiros, a vida sem o celular é hoje impensável, seja para trabalho, seja para estudo ou lazer, e quanto mais veloz a conexão, melhor.

A rede 5G promete uma internet pelos menos dez vezes mais rápida que a atual, ainda atrelada às tecnologias 4G e 4.5G, as mais avançadas em operação no País. Isso permitirá, por exemplo, baixar filmes e livros muito mais rapidamente, em questão de poucos segundos.

TEMPO DE RESPOSTA

A principal evolução, porém, está na chamada latência – o tempo de resposta do equipamento, a partir do comando enviado –, que ficará muito menor, permitindo a realização remota de tarefas que exigem tempo mínimo de reação. É o caso dos carros autônomos, que precisam ter capacidade de reagir com extrema rapidez a situações de trânsito, para evitar acidentes, e que ganharão espaço com o 5G. Ou ainda das cirurgias remotas, em que o cirurgião dá os comandos a serem executados por um robô na sala de operações – e uma decisão tomada e efetivada em frações de segundo pode ser a diferença entre a vida e a morte.

Em várias situações, será possível criar algoritmos que dispensem a interação humana na realização das tarefas. "Na China, já se fazem consultas médicas por meio de inteligência artificial. O pa-

"Na China, já se fazem consultas médicas por meio de inteligência artificial. O paciente responde a algumas perguntas, os dados são acumulados e ele já recebe o diagnóstico."

Márcio Patusco, CGI.br

ciente responde a algumas perguntas, os dados são acumulados e ele já recebe o diagnóstico. Em 80% dos casos, isso resolve, o que agiliza os tratamentos. Só em 20% é que o paciente é encaminhado a um médico para avaliação", conta Márcio Patusco, membro da Câmara de Universalização e Inclusão Digital do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e entusiasta do 5G. "Os processos ficarão mais rápidos e eficientes", resume.

"A expectativa é que o 5G possa concretizar conceitos como internet das coisas (IoT) e aprendizagem de máquina em tempo real, promovendo uma verdadeira transformação na forma como as pessoas e organizações se relacionam na sociedade", afirma Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel. Na internet das coisas, qualquer dispositivo pode ser controlado por meio da rede mundial de computadores, em interação com outros dispositivos.

Já a aprendizagem de máquina é a tecnologia que permite que os computadores aprendam de acordo com as respostas e dados recebidos e, a partir deles, criem seus próprios padrões.

Entre os avanços esperados com a chegada do 5G, Pasquali cita o aumento das taxas de transmissão, a baixa latência e a maior densidade de conexões (mais dispositivos conectados em determinada área). "A tecnologia tem o potencial de revolucionar a sociedade como um todo, tendo em vista que é flexível e adaptável de acordo com a aplicação de que se deseja usufruir", diz. "Apesar de já haver diversas aplicações de IoT disponíveis no mercado, a tecnologia 5G promete massificar e diversificar esse tipo de aplicação, especialmente para a indústria."

Em razão disso, o 5G impulsionará a concretização das cidades inteligentes, que, por meio da internet das coisas, conseguirão integrar de maneira mais rápida e eficiente os serviços oferecidos aos habitantes, como os dos médicos, os de trânsito, segurança e outros. Para atingir esse estágio, as cidades precisarão dispor de redes 5G que permitam não só a integração entre seus equipamentos como destes com os cidadãos.

"Apesar de já haver diversas aplicações de IoT disponíveis no mercado, a tecnologia 5G promete massificar e diversificar esse tipo de aplicação, especialmente para a indústria."

Nilo Pasquali, Anatel

De acordo com a consultoria Ernst & Young, a operadora de telefonia móvel sul-coreana KT desenvolveu uma plataforma aérea para gestão de segurança e desastres, utilizando drones e robôs para operações de busca e salvamento. No caso do trânsito, segundo a EY, Xangai foi a primeira cidade chinesa a ter uma rede de veículos inteligentes usando o 5G, abrangendo cerca de 100 quilômetros quadrados.

Outra aplicação que deve ganhar força é a realidade aumentada, que consiste na integração de elementos virtuais ao mundo real. Ela estará disponível por meio dos smartphones com 5G, com aplicações em áreas como games, design, arquitetura e comércio varejista.

IMPACTO ECONÔMICO

Na economia, o impacto do 5G será enorme. Segundo a consultoria KPMG, o advento do 5G vai gerar US$ 4,3 trilhões em serviços em todo o mundo nos próximos seis anos, em diversos setores. Para o Brasil, ela estima um impacto "extremamente positivo". "Estudos indicam que, em um período de dez anos, o 5G e o ecossistema da rede vão gerar até US$ 104 bilhões no PIB brasileiro."

Uma pesquisa realizada pela Nokia e pela consultoria Omdia prevê que, nos próximos 15 anos, o PIB brasileiro tenha um acréscimo de US$ 1,2 trilhão apenas com atividades impulsionadas pelo 5G. O maior aumento de receita previsto será em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), com 10,7%, seguido por indústria (5,4%) e agricultura (5,3%).

Fábricas inteiras poderão ser operadas remotamente. O mesmo ocorrerá na agricultura, na integração de todo o maquinário envolvido na produção de alimentos. "Numa fábrica, se determinada peça não chegar, o Gerente poderá parar a produção a partir da casa dele. Isso vai agilizar muito a tomada de decisões e sua execução", explica Márcio Patusco. Ou seja, toda a produção industrial e

agrícola terá sua operação potencializada.

Igualmente, lembra ele, o setor de serviços será incrementado, sobretudo num momento em que, com a disseminação do home office por conta da pandemia da Covid-19, muitos profissionais já se habituaram ao trabalho remoto. Isso vale para o setor governamental: pesquisas do CGI.br mostram que, na pandemia, o acesso remoto a serviços públicos, como pedidos de auxílio emergencial ou de carteira de identidade, cresceu mais de 300%.

FATOR HUAWEI

O leilão do 5G deve ocorrer no final do primeiro semestre, segundo o conselheiro Carlos Baigorri, relator do edital na Anatel. Assim, a tecnologia poderá começar a ser implantada no País no final de 2021 ou no início do ano seguinte. Segundo a Agência, a formatação dos blocos de radiofrequência que serão leiloados será definida quando da aprovação do edital pelo Conselho Diretor, prevista para o primeiro trimestre. Estão em discussão blocos nas faixas de 700 MHz (com 20 MHz disponíveis), 2.3 GHz (90 MHz disponíveis), 3.5 GHz (400 MHz disponíveis) e 26 GHz (3.2 GHz disponíveis).

A GSMA prevê que, em 2025, a tecnologia 5G representará 18% da base instalada para rede de celulares no Brasil, contra 80% do 4G e 2% das gerações anteriores. Ou seja, haverá uma convivência entre essas tecnologias que pode durar uma década, calcula Márcio Patusco. "Durante muito tempo, o 5G será usado mais para serviços específicos, que exijam baixa latência e alta velocidade."

Atualmente, o 5G está em operação apenas em áreas específicas e de maneira experimental, como no interior de Goiás, onde o Governo do Estado lançou a tecnologia no início de dezembro em parceria com a Claro, em apoio ao agronegócio.

Há, porém, questões técnicas que precisarão ser equacionadas para que o 5G passe a fazer parte do cotidiano brasileiro num futuro próximo. A primeira é que poucos celulares disponíveis hoje no País operam nessa tecnologia, e os usuários precisarão adquirir novos aparelhos. Uma pesquisa da consultoria Deloitte com cerca de 2 mil brasileiros feita no ano passado mostrou que 69% deles estão dispostos a pagar mais para ter acesso ao 5G, e 45% cogitam migrar para a nova tecnologia assim que ela esteja disponível.

A GSMA prevê que, em 2025, a tecnologia 5G representará 18% da base instalada para rede de celulares no Brasil, contra 80% do 4G e 2% das gerações anteriores.

A segunda questão é tão técnica quanto política. As operadoras brasileiras utilizam em mais da metade das suas redes os equipamentos da chinesa Huawei, maior fabricante de tecnologia de comunicações no mundo, que detém 29% do mercado, à frente da finlandesa Nokia (18%), da sueca Ericsson (14%), da chinesa ZTE (10%) e da norte-americana Cisco (7%). Os dados são de 2020 do Worldwide Telecom Equipment Revenue, um estudo da consultoria internacional Dell'Oro Group.

RESTRIÇÃO À CHINA

O Presidente Jair Bolsonaro, em linha com a gestão Donald Trump nos EUA, não vê com bons olhos o uso da tecnologia chinesa, sob o argumento de que pode facilitar uma suposta espionagem para o Governo chinês por parte da Huawei. Mas a questão já chegou ao Congresso: tanto na Câmara quanto no Senado há iniciativas para acompanhar a implantação do 5G no País e evitar o banimento da tecnologia da gigante chinesa. O Governo, porém, pode editar um decreto com restrições que, na prática, excluam a Huawei.

Se a tecnologia chinesa for vetada, as vencedoras do leilão serão obrigadas a fazer investimentos altíssimos, calculados pelas operadoras em US$ 150 bilhões, para trocar suas redes, já que os equipamentos dos fabricantes são incompatíveis entre si. Em comunicado conjunto no final de novembro, as operadoras disseram que "uma eventual restrição a fornecedores do 5G pode atingir também a integração com a infraestrutura já em operação, com consequências diretas nos serviços oferecidos e custos associados, mais uma vez prejudicando os cidadãos brasileiros usuários dessa infraestrutura". Ou seja, a restrição encareceria o serviço para o consumidor, já que os custos seriam repassados ao preço final.

A questão já chegou ao Congresso: na Câmara e no Senado, há iniciativas para acompanhar a implantação do 5G no País e evitar o banimento da tecnologia da gigante chinesa Huawei.

A Anatel desmente a hipótese de veto à tecnologia da Huawei no parecer sobre o edital do leilão do 5G. "Quanto à escolha de fornecedores para os equipamentos que serão utilizados nas redes de telecomunicações, é dos próprios prestadores de serviços, proprietárias dessas redes, uma vez que se trata de relação privada, não regulada pelo Estado, encontrando-se, portanto, fora do escopo do processo de licitação. Desde que os equipamentos de telecomunicações sejam devidamente certificados e obedeçam aos padrões de segurança dispostos na regulamentação aplicável, não há restrição de que sejam utilizados na rede", afirma Nilo Pasquali.

Já o Ministério das Comunicações disse em nota à *Revista de Seguros* que a condução do leilão cabe à Anatel, mas deixou em aberto a possibilidade de interferência do Governo. "A orientação é que o processo seja primariamente orientado à expansão do atendimento no País, com o aumento da área coberta e da qualidade do serviço", informou.

"Esse é um assunto de Estado, de segurança de dados. A decisão sobre os fornecedores de equipamentos de telecomunicações perpassa diversos órgãos de Governo para além do Ministério das Comunicações, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o Ministério da Defesa, o Ministério da Economia e o Ministério das Relações Exteriores. (…) Ressalta-se ainda que o Presidente está a par do processo decisório envolvendo a licitação 5G e ciente de que as discussões sobre o tema transcorrem dentro do horizonte temporal esperado", diz a nota.

O próprio Ministro das Comunicações, Fábio Faria, já se referiu publicamente ao 5G como tema de "segurança nacional". No início de dezembro, o Vice-Presidente Hamilton Mourão declarou que os brasileiros vão pagar mais caro se a empresa chinesa não puder fornecer equipamentos para a implantação do 5G no País.

IMPULSO NOS SEGUROS E SEGURANÇA DA REDE

Para o mercado segurador, o 5G vai representar uma oportunidade de ampliação de negócios em diversos ramos. Flavio Sá, coordenador da Subcomissão de Linhas Financeiras da FenSeg (Federação Nacional de Seguros Gerais), destaca que o maior grau de conectividade e interação entre as pessoas implicará também maiores riscos.

"Como resultado, os riscos cibernéticos continuarão aumentando tanto para as pessoas quanto para as empresas. Incidentes cibernéticos ocorrem com milhares de empresas no Brasil e no mundo. A chegada de uma nova tecnologia representa um grande desafio." De acordo com ele, o novo cenário demandará medidas de governança, proteção e combate a incidentes cibernéticos.

Com o aumento da exposição, o seguro de Riscos Cibernéticos ganha maior relevância. Essa modalidade foi uma das que mais cresceram no segmento de Danos e Responsabilidades, no acumulado de janeiro a outubro deste ano. A arrecadação subiu 92,7% em relação a igual período do ano passado, somando R$ 29 milhões em prêmios, e a previsão é que o ritmo de expansão se mantenha em 2021.

"Com o isolamento social e o regime de home office, os hackers intensificaram ataques de phishing (tentativa de roubo de dados pessoais e financeiros mediante uma 'isca') e de engenharia social, usando apelos urgentes para atrair cliques em links maliciosos", diz Flavio Sá.

Para ele, diversos outros ramos do seguro também serão beneficiados, como o de Automóveis, devido à maior utilização de carros autônomos, e o de Riscos

"Incidentes cibernéticos ocorrem com milhares de empresas no Brasil e no mundo. A chegada de uma nova tecnologia representa um grande desafio."

Flavio Sá, FenSeg

de Property & Casualty, pela exposição a danos materiais ou corporais causados por ataques cibernéticos ou falhas de sistemas.

Fernando De Falchi, Gerente de Engenharia de Segurança da Check Point Brasil, empresa global de soluções de segurança cibernética, também aponta o aumento do risco de ataques. "Por design, a rede 5G foi projetada para conectar todos a tudo, e de maneira rápida. Quanto maior o número de equipamentos interconectados, maior será a superfície de ataque. Espera-se que dezenas de bilhões de dispositivos inteligentes se conectem a esse tipo de rede, mas apenas uma pequena porcentagem deles incorporaria sistemas de segurança além de uma simples senha." Segundo ele, isso demandará um reforço nas medidas de proteção.

Para a Anatel, porém, a chegada da nova tecnologia não elevará de forma significativa os riscos de ataques. "Os equipamentos 5G, por si sós, não ensejam riscos maiores à segurança cibernética do que os equipamentos associados a outros padrões tecnológicos, havendo que atentar para os padrões técnicos que advirão da regulamentação", diz Nilo Pasquali.

Além de incrementar alguns ramos do seguro, o 5G deve beneficiar o mercado de outras maneiras, e não só melhorando a interação com os clientes e agilizando processos internos. A internet das coisas permitirá às seguradoras acompanhar remotamente a operação de máquinas e prevenir a ocorrência de sinistros. Isso vale, por exemplo, para automóveis – que poderão ser monitorados por drones, prevenindo acidentes – ou para equipamentos sujeitos a incêndios – um eventual superaquecimento será informado muito rapidamente à seguradora, que poderá alertar o segurado, reduzindo o risco de sinistros. Com menos sinistros, o valor dos prêmios tende a cair, ajudando a seguradora a manter e a conquistar clientes.

"A rede 5G foi projetada para conectar todos a tudo, e de maneira rápida. Quanto maior o número de equipamentos interconectados, maior será a superfície de ataque."

Fernando De Falchi, Check Point Brasil

[**Por:** Raquel Perin **Fotos:** Arquivo CNseg, divulgação e banco de imagens Google]

O CAMINHO PARA A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL

Um dos principais objetivos é fomentar o pleno emprego no País e suavizar as flutuações do nível de atividade econômica

O Senado Federal aprovou, em novembro, o projeto de autonomia do Banco Central. Ainda que o texto possa passar por modificações na Câmara dos Deputados, o projeto prevê a criação de mandatos fixos para o Presidente e os Diretores da autarquia, o estabelecimento de metas para a política monetária por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), devendo o Banco Central cumpri-las, e ainda a inclusão de duas metas acessórias ao BC: suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego no País.

O principal atributo do Banco Central é manter a inflação sob controle, usando como instrumento a taxa de juros básica (Selic), elevando-a ou reduzindo-a, conforme o cenário econômico. O texto aprovado também permite ao banco efetuar operações de compra e venda de moeda estrangeira e operações com instrumentos derivativos no mercado interno, como instrumento de política cambial. A autonomia do Banco Central deve ser somente na gestão da política monetária, e não nas áreas administrativa e financeira. Atualmente, a instituição é vinculada ao Ministério da Economia.

Arminio Fraga, ex-Presidente do Banco Central e sócio-fundador da Gávea Investimentos, conta que a Lei 4.595, que criou o Banco Central em 1964, já previa a sua autonomia, o que durou pouco. Para o economista, no geral, o projeto aprovado no Senado é um grande avanço. Mas, ressalta: "A meta secundária pode gerar alguma confusão. Um banco central ajuda mais reduzindo a incerteza do ambiente macroeconômico do que tentando eliminar o ciclo econômico, o que não é possível. Suavizar o ciclo, sim, e isso está previsto no texto".

META ACESSÓRIA

Fraga explica que, em parte, o objetivo principal do Banco Central é manter o controle da inflação e que já é uma prática suavizar as flutuações do nível de atividade econômica. "Essa meta acessória já é praticada pelo BC, a lei apenas formaliza o que se faz". No que tange fomentar o pleno emprego do País, ele diz: "É uma tarefa

"Um banco central ajuda mais reduzindo a incerteza do ambiente macroeconômico do que tentando eliminar o ciclo econômico, o que não é possível."

Arminio Fraga, Gávea Investimentos

"Primeiro, o País tem que ter uma política fiscal eficiente, para depois o Banco Central ter independência. O Brasil tem um problema sério de dívida pública".

Carlos Thadeu de Freitas, CNC

mais complicada, pois depende de crescimento sustentado e do regramento do mercado de trabalho, o que foge ao controle do BC".

O economista ressalta que todos os principais bancos centrais do mundo seguem o modelo geral adotado no Brasil, com "metas e modo de agir claros, transparentes"; e que, nos países avançados, muitos detalhes do trabalho dessas instituições estão em discussão. "Como a estabilidade financeira e a (para nós, no Brasil) estranha dificuldade de aumentar a inflação".

Sobre os mandatos fixos do Presidente e dos Diretores da autarquia, Fraga vê como positivo. "Os mandatos reduzem a tentação de ter o Banco Central como ferramenta política, tipicamente de curto prazo". E esclarece que Banco Central continuaria sendo um órgão do Governo. "O BC teria autonomia para perseguir metas de médio e longo prazos definidas pela sociedade. A parte administrativa e financeira do BC sairá da alçada de um Ministério, mas em última instância se reportará ao Congresso Nacional, no âmbito do orçamento".

POLÍTICA FISCAL

Na opinião de Carlos Thadeu de Freitas, ex-Diretor do Banco Central e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), é importante o Brasil ter um Banco Central com autonomia, mas este não é o momento. "Primeiro, o País tem que ter uma política fiscal eficiente, para depois o BC ter independência. O Brasil tem um problema sério de dívida pública". Neste ano, a dívida bruta do setor público passou de 90% do PIB; em dezembro de 2019, era de 75,8%.

Segundo ele, vários projetos prevendo a autonomia do Banco Central não tiveram continuidade, mas completa que, agora, deve ser aprovado, o que será muito bom no futuro. "Não é uma questão só de autonomia do Banco Central, mas também de dar obrigações ao mandato. Hoje em dia, os bancos centrais fazem metas de inflação e de política monetária, mas têm que olhar também para o emprego, como é nos Estados Unidos".

Nesse quesito, Carlos Thadeu diz que o banco tem uma arma importante: o controle da taxa de juros, para suavizar as flutuações do nível de atividade e fomentar o pleno emprego. "É preciso ter cuidado ao mexer com taxa de juros, pois, se subir, pode prejudicar os investimentos e a economia. O BC tem que olhar hoje para o emprego, ter como meta a inflação, mas também olhar para a atividade econômica".

ÓRGÃO TÉCNICO

Vale lembrar que, no Governo de Dilma Rousseff, o juro baixo foi mantido para conter a inflação, mesmo quando era preciso aumentá-lo – assim como ocorreu para garantir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, quando o fim da paridade cambial foi adiado, o que não foi bom para o País. "Um dos pontos positivos de um banco central independente é não ser um órgão político, mas sim, técnico. Hoje em dia, há muitas dúvidas sobre a

independência de um banco central, pois o que importa é ter uma política fiscal bem feita. Hoje em dia, não há mais o problema de inflação".

Carlos Thadeu acrescenta que a autonomia é somente para a Diretoria, com restrição por qualquer ato não ético e de não cumprimento das metas que são estimuladas para o período. O Congresso Nacional é quem pode demitir. "O orçamento do Banco Central tem que seguir os parâmetros do Governo aprovado pelo Congresso. Os funcionários são concursados. Logo, têm estabilidade e somente podem ser demitidos depois de inquéritos".

Para finalizar, o economista comenta que, no Brasil, o Banco Central deveria ter um modelo similar ao dos Estados Unidos (FED, Federal Reserve Board), do Banco Central do Japão ou, ainda, do Banco Central Europeu (BCE), considerado o mais independente do mundo. "Em todos eles existem mandatos. Se houver mandato, temos de ter disciplina para entender que o Banco Central independente é importante para que todos respeitem as regras econômicas e monetárias, que não podem ter influências políticas. Muito importante quando há mudança de Governo, pois os Diretores não são influenciados por posturas políticas".

BC DEVE MANTER A INFLAÇÃO SOB CONTROLE

Criado em 1964, atualmente, o Banco Central é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Economia. O seu principal propósito é manter a inflação sob controle, próxima à meta estabelecida, que varia ao longo dos anos. Para isso, a instituição se utiliza da taxa de juros básica (Selic).

Também é considerado o "banco dos bancos", atuando para manter o fluxo de recursos necessários ao bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), para que as instituições cumpram suas obrigações e para que haja a quantidade ideal de moeda disponível e circulando, além de liquidez no mercado. O principal objetivo do Banco Central do Brasil é assegurar o poder de compra da moeda nacional e garantir a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Uma pesquisa feita pelo economista indiano Jiji Mathew comparou o nível de autonomia dos bancos centrais de 25 países. O Banco Central brasileiro ficou na 7ª colocação. Nos primeiros lugares da lista, estão: Itália, Austrália e Canadá.

O primeiro banco central independente foi o Banco Reserva da Nova Zelândia, em 1989. Já o mais independente do mundo é considerado o Banco Central Europeu (BCE), que executa as políticas monetárias de 19 países da zona do euro.

Na América Latina, a referência é o Banco Central do Chile, e o mais poderoso do mundo é o Federal Reserve Board (FED), que supervisiona o sistema bancário e define a política monetária dos Estados Unidos, funcionando, assim, de forma similar ao Banco Central do Brasil.

[Por: Chico Santos Fotos: Arquivo CNseg, divulgação e banco de imagens Google]

RISCO FISCAL E REFORMAS ANDAM EM SENTIDOS INVERSOS

As hesitações relativas à continuidade das reformas estruturais, a trajetória ascendente do déficit e da dívida públicos, ainda que justificados em 2020 em parte pelos gastos extraordinários com vistas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, a perspectiva de rompimento da regra do teto de gastos públicos e as pressões inflacionárias nos últimos meses acenderam um sinal amarelo nos mercados e dentro do próprio Governo.

Na apresentação do Relatório de Inflação referente ao quarto trimestre de 2020, divulgado em dezembro, o Banco Central do Brasil (BCB), por intermédio do seu Diretor de Política Econômica, Fabio Kanczuk, relatou que, na sua 235ª reunião ordinária, o Comitê de Política Monetária (Copom) da instituição avaliou que "questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia".

O Copom, de acordo com a apresentação de Kanczuk, ressaltou também que "perseverar no processo de reformas e nos ajustes necessários" é essencial para permitir a recuperação sustentável da atividade econômica no País.

Os dados contidos no relatório indicam que, apesar dos sobressaltos, a autoridade monetária vê a situação sob controle, tanto que a taxa de juros básica (Selic) foi mantida em 2%, o que representa juros reais fortemente negativos, considerando a inflação de 4,3% projetada para o ano, com base no IPCA. Mas, na sua linguagem diplomática, o BCB mostrou que não está alheio às observações de instituições relevantes sobre os riscos fiscais a que o País está submetido.

"O fundamental é ter claro que há duas dimensões neste problema fiscal: a primeira, de curtíssimo prazo, inclui o risco alto de rompimento do teto de gastos em 2021 e as indefinições sobre o orçamento do ano seguinte. A segunda, de médio prazo, mostra que seria fundamental o Governo anunciar um plano de recuperação do superávit primário, em um horizonte razoável, para que a relação dívida/PIB volte a ser sustentável em algum momento. A ausência desse tipo de definição alimenta a incerteza. Em economia, incerteza é risco, e risco é precificado em juros mais altos exigidos pelo mercado na compra de títulos do Governo."

A análise acima foi feita pelo economista Felipe Salto, Diretor-geral da respeitada Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de assessoramento do Senado Federal, nesta entrevista à *Revista de Seguros*. A advertência de Salto converge com avaliação feita por Luiz Guilherme Schymura, Diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre). Em recente evento na própria FGV no início de dezembro, Schymura ressaltou que mais importante do que não furar o teto dos gastos é o Estado brasileiro passar a percepção de que "a dívida pública é solvente e será paga em algum momento".

De acordo com Salto, a IFI projeta para 2020 uma dívida pública bruta equivalente a 93,1% do PIB, subindo para 96,2% em 2021 e com tendência a alcançar 100% em 2024. Já para o déficit primário, que é a diferença entre as receitas e despesas públicas, descontado, basicamente, o pagamento dos juros da dívida, a IFI projeta inéditos 11% do PIB, mas seu Diretor ressalta que o número está fortemente impactado pelas "ações

necessárias contra a Covid-19 e seus efeitos sobre a economia". Para 2021, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em 16 de dezembro, projeta déficit primário de R$ 247 bilhões.

Salto explicou que, descontados os gastos com a pandemia, as despesas obrigatórias do Governo, que representam mais de 90% do orçamento, vêm mantendo-se estacionadas como percentual do PIB desde 2016, embora pesem muito no orçamento. "De 2016 a 2019, a adoção do teto de gastos ajudou a conter as despesas, mas de maneira muito concentrada nas chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias), que incluem os investimentos", explicou.

RECEITA E DESPESA

A alternativa adotada, segundo o economista, fez com que o Estado brasileiro perdesse a capacidade de investir "sem que as despesas obrigatórias fossem controladas". Salto destacou ainda que a Reforma da Previdência, aprovada em 2019, surtirá efeito, mas no sentido de "estacionar" os gastos do INSS ao longo do tempo em percentual do PIB, ou seja, não trará alternativa importante em termos da capacidade de o Estado manejar seu orçamento.

"É urgente uma discussão ampla sobre a questão fiscal que envolva o lado da receita e da despesa. Qual o sentido de renúncias tributárias tão elevadas em um contexto tão precário? É o momento de repensar essas questões. Ter um plano de voo consistente para recobrar o equilíbrio das contas públicas, em benefício do crescimento econômico", defendeu.

Desde que cresceu 3% em 201, o PIB brasileiro teve duas quedas superiores a 3% (2015 e 2016) e não cresceu nenhuma vez mais de 1,3%. Para 2020, em razão da pandemia, é esperada queda entre 4% e 5%.

Para o economista da IFI, o orçamento é a peça-chave para a discussão do que precisa e pode ser feito em termos fiscais, inclusive sobre a necessária celeridade na compra e aplicação de vacinas contra a Covid-19 e também sobre o prolongamento do auxílio emergencial em um contexto

"É urgente discutir a questão fiscal envolvendo receita e despesa. Qual o sentido de renúncias tributárias tão elevadas em um contexto tão precário? É o momento de repensar essas questões."

Felipe Salto, IFI

de desemprego alto e precariedade social. "Infelizmente, em 2020, tudo ficou para os 45 minutos do segundo tempo. E o orçamento propriamente dito foi para a prorrogação, pois a discussão vai invadir 2021", lamentou.

O paralelo futebolístico traçado pelo Diretor da IFI refere-se ao fato de a LDO somente ter sido aprovada em dezembro, enquanto a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), em que são feitas as destinações dos gastos previstos na LDO, ficou para 2021, no mínimo em fevereiro, quando o Congresso Nacional retorna do recesso de final de ano. Isso significa que o orçamento será definido em plena execução, o que não é desejável.

É consenso entre os agentes econômicos, políticos, formadores de opinião e parte da sociedade que as reformas tributária e administrativa são o eixo principal da agenda de reformas. Para Salto, a despeito da "expressiva" Reforma da Previdência, as duas outras reformas envolvem interesses de atores e setores distintos, exigindo, além de aprofundamento técnico, "uma articulação muito boa".

O Diretor da IFI mostrou-se contrário à criação de novos tributos, especialmente nos moldes da antiga CPMF, defendendo a revisão das renúncias tributárias. E disse que embora a curva de juros tenha arrefecido após forte pressão em abril passado, efeito da pandemia, o Tesouro Nacional continua precisando emitir títulos com prazos curtos e pagar prêmios acima da Selic. "Este cenário só vai melhorar quando o nó górdio da questão fiscal for desfeito", resumiu.

PROBLEMA ESTRUTURAL

Assim como Salto, a economista Juliana Damasceno, pesquisadora da FGV/Ibre especializada em questões fiscais, vê na inadequação orçamentária o grande drama estrutural das contas públicas brasileiras, um drama que em 2020 foi potencializado pelo problema conjuntural trazido pela Covid-19. "O País não consegue adequar seu orçamento às necessidades. As despesas obrigatórias assumiram uma proporção grande do orçamento, de forma que o restou de margem de manobra é limitado e difícil de ser mais reduzido do que

"As despesas obrigatórias assumiram uma proporção grande do orçamento, de forma que o restou de margem de manobra é limitado."

Juliana Damasceno, FGV/Ibre

já foi (como o custeio da máquina pública), já que os investimentos públicos já foram bastante sacrificados nos últimos anos", afirma.

O problema conjuntural trazido pela pandemia, ela ressalta que exigiu esforços extraordinários de todos os países que, desse ponto de vista, todos eles estão enfrentando a necessidade de lidar com gastos muito acima do que seria possível em tempos normais, algo já compreendido e assimilado pelos financiadores das suas dívidas.

"A questão é saber como lidar com esse legado de dívida sem passar a impressão de irresponsabilidade", ponderou. Nesse quesito, a economista da FGV entende que o Brasil não está passando as melhores sinalizações, começando pelo atraso na votação da LDO, deixando a lei orçamentária propriamente dita para ser votada com o orçamento em execução.

Damasceno lembra que também ficou para 2021 a Proposta de Emenda Constitucional Emergencial (PEC Emergencial), nascida no final de 2019 como alternativa, entre outros aspectos, para evitar a quebra da chamada Regra de Ouro (que proíbe endividamento para pagar despesas correntes). "Era mesmo emergencial?", pergunta.

A economista disse que para o Brasil sair da armadilha fiscal e voltar a ter capacidade de fazer política econômica pró-ativa, que estimule a demanda, recupere o crescimento e aumente as receitas públicas, "é imprescindível" atacar as reformas estruturantes, especialmente.

Mas Damasceno alerta que recriar a CPMF seria um erro, não apenas por ela ser um imposto ruim, mas porque seria apelar para a velha prática de resolver os desequilíbrios com mais tributos. O cerne da reforma seria a racionalidade tributária que permitisse ao Brasil deixar de ser recordista em despesas das empresas com a estrutura para pagamento de impostos.

Ela também criticou as deduções de Imposto de Renda para as camadas mais altas da sociedade, pediu racionalização das desonerações da cesta básica e revogação das desonerações da folha de pagamento que não estariam cumprindo os principais objetivos, criar vagas e formalizar o trabalho.

Sobre a reforma administrativa, a economista entende que trará ganhos de eficiência nos gastos, mas critica a tendência de aplicação das novas regras apenas aos futuros servidores. "Não temos tempo para isso!", avalia. "Neste momento, preocupa também a sensação de que falta capacidade de planejamento no Governo. As pessoas se movem por sinalizações", resume.

POSITIVO E PRECÁRIO

"Um cenário positivo com equilíbrio precário". É assim que o economista Carlos Lopes, do Banco BV, enxerga o quadro atual da economia brasileira. Ele traçou um panorama no qual o País caminhava para uma rota de recuperação do crescimento a partir de 2016, com a aprovação de medidas importantes de ajuste fiscal, como o teto dos gastos, a ancoragem da inflação e dos juros em patamares muito baixos.

"Um consenso de dívida cadente se criou em cima desses fatos, e veio a Covid-19. A dívida saltou de 75% do PIB para 95%", resumiu. "Mesmo considerando a realidade dos juros baixos e com variáveis positivas, como a aprovação da Reforma da Previdência no ano anterior, ficou muito difícil manter aquele cenário de dívida cadente.

Além do inesperado problema da pandemia, Lopes ressalta que, para retomar a perspectiva de ajuste, é necessário seguir avançando nas reformas estruturantes, começando pela tributária. Embora admita que um aumento de arrecadação seria uma saída para a recuperação do fôlego do Estado, o economista entende que politicamente é quase impossível o aumento de impostos e que a reforma possa fazer uma reorganização do sistema tributário de modo a torná-lo mais racional, contribuindo indiretamente para o aumento da arrecadação.

"A demanda por reformas prossegue, e cabe ao Governo e ao Congresso seguir com o calendário, após a pandemia. O momento é conturbado politicamente, mas 2021 tende a ser mais favorável", avalia.

Lopes disse que, enquanto o BCB agir prontamente sobre as expectativas, não há razão para temer um descontrole inflacionário e por isso o BV projeta um IPCA de 4,3% em 2020 e de 3,3% em 2021. Como não houve atendimento à demanda por benefícios sem receita correspondente, ele avalia que houve uma melhoria das expectativas o que permite projetar uma retomada do crescimento em 2021.

E como esse crescimento virá sobre uma base deprimida, recessão de 4,5% em 2020, ele chegará a 4%, número que Lopes considera "modesto" diante da base de comparação, mas suficiente para uma elevação da taxa de juros a partir do segundo semestre.

"A demanda por reformas prossegue, e cabe ao Governo e ao Congresso seguir com o calendário, após a pandemia. O momento é conturbado politicamente, mas 2021 tende a ser mais favorável."

Carlos Lopes, Banco BV

[Por: Jorge Clapp Fotos: Arquivo CNseg e banco de imagens Google]

MERCADO MANTÉM OTIMISMO CAUTELOSO PARA 2021

Presidente da CNseg destaca a capacidade do mercado de reagir ao cenário extremamente adverso trazido pela pandemia e de adaptação das seguradoras ao teletrabalho e às plataformas digitais.

A soma de fatores negativos nem sempre gera pessimismo. No mercado de seguros, por exemplo, há razões para um cauteloso otimismo quanto às perspectivas para 2021, depois de uma avassaladora sequência de más notícias, que teve a pandemia como um marco, mas que passou também pela queda da taxa de juros, redução da massa salarial, aumento do desemprego e volatilidade de ativos, atingindo indistintamente a rentabilidade do setor, os planos de acumulação, a capitalização e as provisões técnicas.

O Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, está entre os otimistas, embora ressalve que a recuperação do setor deva ser lenta e desigual entre setores. "O choque foi muito forte. Contudo, uma característica do segurador é seu comportamento contra-cíclico, o que explica o crescimento do setor de 2,8% até setembro, comparativamente ao PIB negativo de 4,8%", afirma.

O fato é que o setor reagiu muito bem diante de um cenário extremamente adverso. Os planos de contingência das seguradoras funcionaram, principalmente o teletrabalho e as plataformas digitais. "Não houve um comprometimento maior dos nossos fundamentos", ressalta. Porém, há razões para ficar de olho no Legislativo, de onde surgiram diversos projetos de lei que nem sempre levam em conta os fundamentos do seguro. Segundo Coriolano, em todo o País, foram catalogados mais de sete mil projetos que poderiam afetar o setor.

No Judiciário, foi registrada uma profusão de processos pedindo coberturas extraordinárias. Nesse caso, o setor respondeu rapidamente com a flexibilização dos contratos de vida e de seguro saúde. "Houve um entendimento para pacificar muitas das questões do setor, dando cobertura de morte e também de doenças decorrentes de pandemias", diz Coriolano.

"O choque foi muito forte. Contudo, uma característica do setor segurador é seu comportamento contra-cíclico, o que explica o crescimento do setor de 2,8% até setembro, comparativamente ao PIB negativo de 4,8%."

Marcio Coriolano, CNseg

Os órgãos reguladores também aprovaram substanciais mudanças no marco regulatório. Nesse caso, porém, o saldo é positivo: "Houve ajustes regulatórios que provocaram uma resposta melhor do setor e deve aumentar a oferta de seguros, com novos players no setor. As seguradoras vão se adaptar ao ambiente novo. O cliente tem menos recursos financeiros, porém, está mais cauteloso e preparado para fazer as suas escolhas", prevê.

Para 2021, tudo dependerá dos cenários econômico e político. O que está certo é que não há prazo para o fim do home office e para a realização de eventos presenciais. "Não vamos colocar em risco a saúde dos colaboradores", assegura o Presidente da CNseg.

SEGUROS GERAIS

As perspectivas são animadoras para os seguros gerais, que encerra o ano acumulando boas notícias, como a aprovação no Senado do projeto que cria uma nova lei das licitações, após 25 anos de discussão. "Esse projeto é extremamente positivo, trará avanços enormes", projeta o Presidente da FenSeg, Antonio Trindade.

Ele aponta ainda outros fatores que contribuem para uma visão mais positiva, incluindo o sandbbox regulatório, que permite oferta de inovadores seguros de patrimônios e de responsabilidade, e as mudanças regulatórias nos seguros de grandes riscos e massificados, que, na visão dele, oferecem ao setor a possibilidade de "fazer coisas que não fazíamos antes".

Trindade também vê boas chances para que os seguros financeiros e cibernéticos possam "voar" em 2021 e prevê ainda que o setor vai "capturar" produtos de linhas financeiras a partir do próximo ano.

"Muitos outros seguros para nichos e grupos menores também ganham força com o uso da tecnologia. Essa será a tendência a partir de agora."

Antonio Trindade, FenSeg

Com relação a 2020, marcado pela pandemia, o Presidente da FenSeg diz que a crise trouxe a digitalização para o convívio diário no mercado, e o setor passou a usar as ferramentas disponíveis. "A tecnologia traz seguros intermitentes, que vão evoluindo aos poucos. Assim, produtos como a proteção a viagens devem ganhar atração enorme por conta da pandemia. Muitos outros seguros para nichos e grupos menores também ganham força com o uso da tecnologia. Essa será a tendência a partir de agora", frisa Trindade.

PREVIDÊNCIA E VIDA

Poucos segmentos foram tão atingidos pela pandemia como o de previdência privada e vida. Mas a reação do setor foi fantástica, como destaca o Presidente da FenaPrevi, Jorge Pohlmann Nasser. Segundo ele, nos seguros de pessoas, particularmente, o setor "cumpriu uma missão muito importante", que foi desconsiderar a cláusula de exclusão de pandemias no seguro de vida. "Chegamos ao final de setembro com R$ 3,4 bilhões de pagamentos de indenizações nos seguros de vida. É um valor fantástico, 26% maior que o do ano passado", comemora.

Nasser enfatiza ainda que o segmento também mostrou resiliência nos provisionamentos para assegurar a solvência das empresas e, dessa forma, cobrir uma cobertura que não era contemplada nos contratos. Em contrapartida, o desemprego e a redução da massa da renda da população atingiram em cheio o VGBL e o PGBL, que enfrentaram uma intensa volatilidade. Além disso, na avaliação dele, "a pandemia fez o brasileiro ficar mais sensível para a importância da aquisição de seguros".

Nesse contexto, Trindade assinala que a população aprendeu "na dor", o que aponta para um novo momento, cabendo ao setor aproveitar essa sensibilização maior das pessoas para um novo ciclo de crescimento. "Temos pela frente um movimento de crescimento sustentável do setor", profetiza.

"Chegamos ao final de setembro com R$ 3,4 bilhões de pagamentos de indenizações nos seguros de vida. É um valor fantástico, 26% maior que o do ano passado."

Jorge Nasser, FenaPrevi

SAÚDE SUPLEMENTAR

A intensidade de um possível crescimento do segmento em 2021 dependerá de fatores como mais empregos e renda, afetados pela pandemia, que travou a retomada da economia. "Somente quando a população estiver vacinada e segura haverá uma retomada mais efetiva na maioria dos setores econômicos", afirma o Presidente da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima.

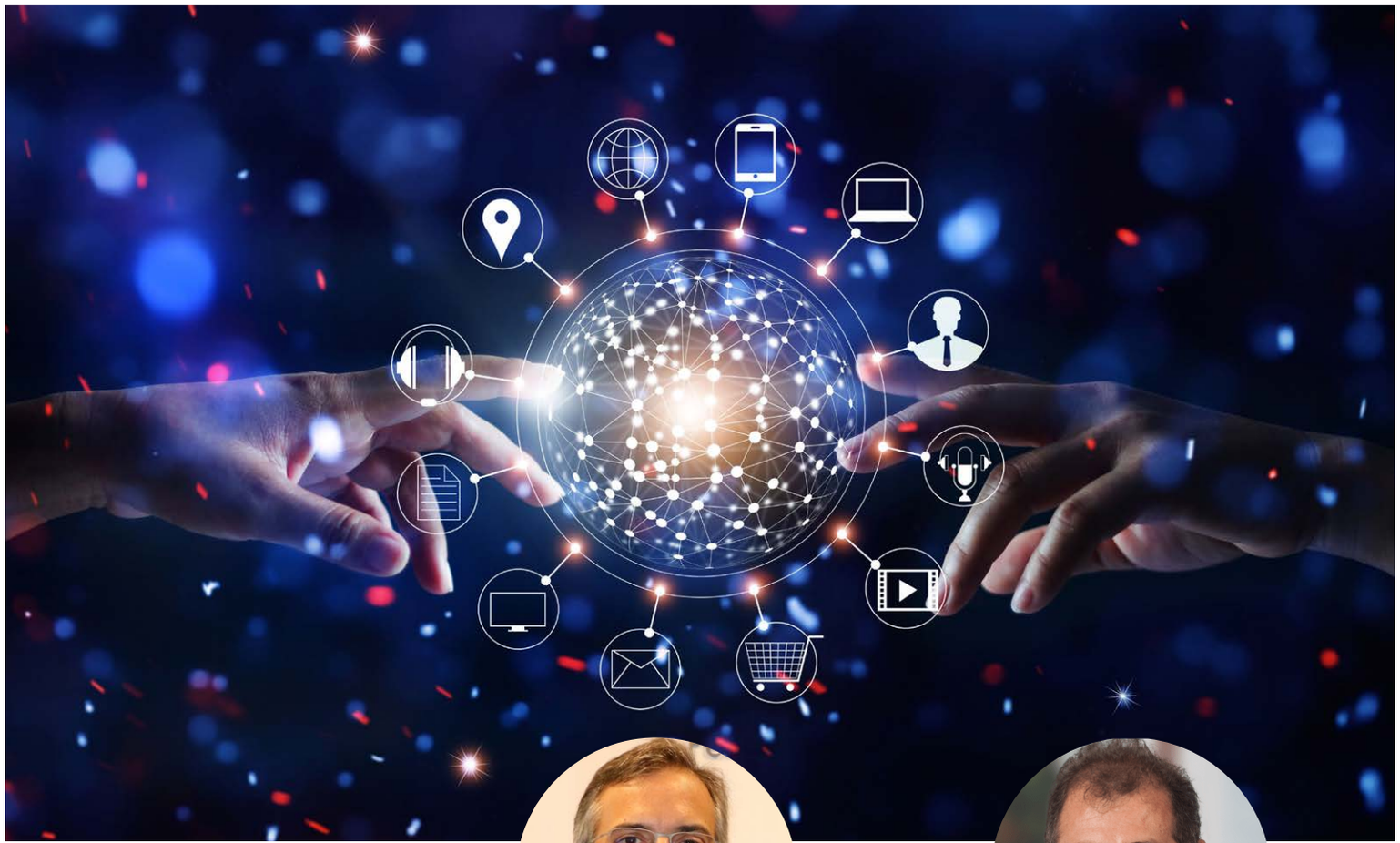
A seu ver, o fato de ter ampliado o número de beneficiários ao longo da pandemia já sinaliza que as pessoas desejam ter um plano de saúde. "O desempenho do nosso segmento é muito relacionado ao comportamento do mercado formal de trabalho, já que cerca de 67% dos contratos são empresariais. Defendemos maior segmentação, com mais modalidades de cobertura; novos modelos de franquias e coparticipação e mais liberdade para a comercialização de planos individuais, com regras mais competitivas para preços e reajustes. Se implantadas as regras competitivas, teremos condições de trazer mais beneficiários para a Saúde Suplementar, ampliando o acesso num momento de pós-pandemia", assinala.

CAPITALIZAÇÃO

Há otimismo moderado também na Capitalização. Embora a pandemia ainda persista, o mercado se mostra mais preparado para enfrentá-la. O Presidente da FenaCap, Marcelo Farinha, vê os produtos criados a partir do marco regulatório – Filantropia Premiável e Instrumento de Garantia – como protagonistas do segmento, pois vão ao encontro das demandas do mercado no cenário criado pela pandemia em que se vê uma sociedade mais inclinada ao engajamento em causas sociais e mais atenta a sua segurança.

"A sociedade está mais sensibilizada pelas causas sociais. A Capitalização responde a essa deman-

"O desempenho do nosso segmento é muito relacionado ao comportamento do mercado formal de trabalho, já que cerca de 67% dos contratos são empresariais."



da com a modalidade dos títulos de Filantropia Premiável, que permite ao consumidor ceder o direito de resgate do valor pago a entidades filantrópicas", destaca. Até novembro, a modalidade arrecadou R$1,7 bilhão e destinou R$ 709 milhões a instituições beneficentes.

Da mesma forma, há um cenário promissor para a modalidade Instrumento de Garantia. "Em meio à crise, os agentes econômicos tendem a ser mais restritivos nas suas contratações, exigindo garantias mais robustas. Essa modalidade é voltada justamente para essa finalidade, podendo garantir contratos de qualquer natureza, como os de empréstimos e de locação de imóveis, por exemplo."

Por fim, Farinha informa que as reservas técnicas cresceram 5,3%, superando os R$ 32 bilhões no acumulado até setembro. Os resgates caíram 3,9% no mesmo período, sinalizando um consumidor mais cauteloso, que busca manter reservas para enfrentar momentos mais difíceis.

Se implantadas as regras competitivas, teremos condições de trazer mais beneficiários para a Saúde Suplementar, ampliando o acesso num momento de pós-pandemia."

João Alceu Amoroso Lima, FenaSaúde

"Em meio à crise, os agentes econômicos tendem a ser mais restritivos nas suas contratações, exigindo garantias mais robustas (como as oferecidas pelo Instrumento de Garantia)."

Marcelo Farinha, FenaCap

SETOR SOUBE SE ADAPTAR E REAGIR ÀS DIFICULDADES

Mesmo preocupados com os efeitos da pandemia e seus reflexos no setor de seguros, os Presidentes dos oito Sindicatos estaduais/regionais das seguradoras demonstram otimismo quanto às perspectivas do setor para 2021 e destacam a capacidade de adaptação às mudanças impostas pela pandemia.

Veja a avaliação de cada um deles.

"O ano de 2020 começou de uma forma bastante esperançosa. Não havia como antecipar o que houve. Acabou sendo um ano de dificuldades, em que ainda lidamos diariamente com a lamentável perda de muitas vidas de pessoas queridas. No setor de seguros, vi uma profunda demonstração de união e capacidade de se adaptar. Processos foram otimizados e tendências viraram realidade de um dia para outro. Os corretores partiram com novas ferramentas para ajudar a sociedade na busca por um pouco de paz e tranquilidade. Parabenizo a todos os envolvidos nesta busca por dias mais tranquilos. E que possamos voltar, com segurança, a nos reunir presencialmente sem esta sombra que se instalou no mundo todo."

Rivaldo Leite, Presidente do SindSeg SP

"As incertezas trazidas pela Covid-19 fizeram com que as pessoas buscassem nos seguros a proteção que falta neste momento tão atípico e desafiador. É o caso dos seguros de pessoas. Até julho, a modalidade de vida registrou uma evolução de 22,14%. Além de a pandemia ter mostrado à sociedade a importância de nos protegermos e aqueles que amamos, destaco também a habilidade dos profissionais do setor em se adaptar a esta nova realidade. Rapidamente, eles se reinventaram e incorporaram novas ferramentas eletrônicas e digitais em sua rotina, para manter a proximidade com os clientes."

Marco Neves, Presidente do SindSeg MG/GO/MT/DF

"O ano de 2020 acelerou a digitalização dos processos por conta da pandemia e educou os agentes do mercado a não resistirem ao mundo digital. Os ganhos foram imensos para todos em termos de produtividade, agilidade, redução de custos, acessibilidade e segurança. Com a retomada do crescimento da receita, o setor já apresentava, até setembro, variação nominal de 0,8%, dando sinais claros de que o pior já passou. No Rio de Janeiro e no Espírito Santo, a retomada teve início mais tardio, mas desde agosto voltamos a ter crescimento positivo. A expectativa é de que terminaremos 2020 com tração acelerada."

Antonio Carlos Costa, Presidente do SindSeg RJ/ES

"No Rio Grande do Sul, o seguro rural bateu o recorde em área coberta. Fomos o segundo estado em área contratada, o que se mostrou fundamental, pois tanto as culturas de verão quanto as de inverno sofreram com a estiagem. No primeiro semestre, houve um aumento de 128% nos sinistros e a arrecadação apresentou alta de 19,3%. Com tantas perdas, o agricultor tem apostado na cobertura de sua produção. Notamos uma redução na carteira de automóvel e um crescimento significativo na contratação do seguro residencial. Com as pessoas passando mais tempo em casa, tornou-se ainda mais importante cuidar do seu principal patrimônio".

Guilherme Bini, Presidente do SindSeg RS

"Santa Catarina é um estado forte, com pessoas comprometidas e resilientes. Durante a pandemia, as seguradoras e seus colaboradores fizeram o setor acelerar os processos para atender os clientes. Os seguros passaram a ser vistos como necessidade. Além da pandemia, outro fato que contribuiu para essa procura foi o Ciclone Bomba. Toda essa somatória de desastres, isolamentos e crise econômica fizeram com que o catarinense procurasse por produtos como seguros de vida, saúde, residencial, rural, cibernético e tantos outros. A crise impulsionou a transformação digital, criou novos produtos e novas soluções para as necessidades do segurado."

Waldecyr Schilling, Presidente do SindSeg SC

"A pandemia trouxe muitos impactos na economia e em nosso negócio. Nos compadecemos pelas muitas vidas que foram ceifadas e pelos diversos CNPJs que se depararam com os grandes desafios que esse cenário nos impôs. Nosso segmento demonstrou rápida capacidade de adaptação, grande senso de solidariedade e resiliência. E mais: houve um acréscimo extremamente positivo no sentimento da população de que a proteção é uma necessidade. Por isso, quando olhamos os números da nossa Região Sindical, verificamos performances extremamente positivas e que nos convidam a boas perspectivas."

Ronaldo Dalcin, Presidente do Sindseg N/NE

"As previsões para 2020 foram prejudicadas pela pandemia. Nos estados de abrangência do nosso Sindicato não foi diferente. Em alguns segmentos, até mais impactante do que o restante do País. Podemos identificar uma redução acima da média nacional em várias linhas de produtos, principalmente nos primeiros meses de isolamento. Mas não podemos deixar de reconhecer o trabalho dos profissionais do mercado. A resiliência e a forma eficiente e criativa implementada no dia a dia foram fundamentais para que o cenário voltasse a se estabilizar. As experiências geradas fortaleceram nosso setor. Estamos preparados para aproveitar a retomada da economia.".

Alexandro Barbosa, Presidente do SindSeg BA/SE/TO

"Seria redundante falar das dificuldades de 2020, prefiro lembrar do extraordinário esforço do povo, que embora sem uma coordenação clara está superando esta histórica fase. O setor segurador cuidou das pessoas, protegeu seus colaboradores e as famílias e manteve o atendimento intacto, tanto aos segurados quanto aos corretores. Sabíamos que 2020 seria desafiador, mas a pandemia e o distanciamento social dificultaram ainda mais. Contudo, do mesmo tamanho das dificuldades foi a força para superação. É impressionante a resiliência humana e sua capacidade de superação."

Altevir Dias do Prado, Presidente do SindSeg PR/MS

[**Por:** Michel Alecrim **Fotos:** Arquivo CNseg, divulgação e banco de imagens Google]

NOVAS REGRAS OBJETIVAM FACILITAR RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Alterações na Lei de Falências visam dar mais fôlego à recuperação das empresas e impactam também o mercado de seguros

Depois de um longo debate, a Lei de Falências (11.101/2005) sofreu significativa atualização com a aprovação do Projeto de Lei 4.458/2020 pelo Congresso Nacional. O novo texto deve facilitar a recuperação judicial de empresas em dificuldades e evitar justamente o encerramento de suas atividades. As medidas tornam os planos de recuperação judicial mais flexíveis e devem impactar as seguradoras por sua posição de credoras e garantidoras de empréstimos.

A lei atual vinha recebendo críticas pelos entraves ao sucesso das recuperações e pela demora na conclusão de uma falência propriamente dita. A expectativa agora é que os acordos sejam fechados com mais facilidade, e as empresas endividadas tenham mais fôlego para se reequilibrar, o que garantiria um cenário econômico mais favorável para o País e traria mais chance de retorno de créditos vencidos.

Seguradoras entram em jogo quando têm créditos a receber de empresas em dificuldade. O principal motivo para isso é o pagamento de sinistros por conta de seguros contratados. Nesses casos, as seguradoras tendem a entrar no plano de recuperação dos devedores, esperando receber pelo menos parte do valor devido.

Segundo o novo texto: "O plano de recuperação judicial poderá prever tratamento diferenciado aos créditos sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los normalmente, após o pedido de recuperação judicial, desde que tais bens ou serviços sejam necessários para a manutenção das atividades e que o tratamento diferenciado seja adequado e razoável no que concerne à relação comercial futura".

CRÉDITOS EXISTENTES

Segundo o Presidente da Comissão de Crédito e Garantia da FenSeg, Roque Melo, normalmente não há tratamento diferenciado para seguradoras, mas esse benefício pode ocorrer se elas continuarem oferecendo produtos para clientes em recuperação, ajudando na garantia do bom andamento dos negócios de quem tenta se reerguer.

"Se a seguradora já pagou algum sinistro e, portanto, tem um crédito a recuperar junto ao tomador e, ao mesmo tempo, decide continuar emitindo apólices para aquele tomador (nessa hipótese contribuindo para a continuidade das atividades da empresa), sim, poderá receber um tratamento diferenciado no tocante aos créditos já existentes. Porém, é importante frisar que a regra é para todos os fornecedores e não somente para os garantidores", explica Melo.

A atuação da seguradora que tem o papel de credor também pode se dar no início do processo de recuperação judicial, segundo a advogada Laura Bumachar, sócia do Dias Carneiro Advogados. É quando justamente se discute o plano que precisará ser cumprido para o restabelecimento da saúde financeira do devedor. E, nesse ponto, uma mudança da lei precisa ser salientada. A partir de agora, caso não haja acordo sobre a proposta inicial por parte da assembleia, quem tem a receber pode elaborar e propor um novo plano para tentar supe-

rar o impasse. Também foi criada a possibilidade de extensão por mais 180 dias de prazo sem que a empresa sofra cobranças até esse acerto, dobrando o tempo necessário para essa negociação.

"São mudanças importantes para permitir um sucesso maior das recuperações. A experiência mostrou que ninguém consegue fazer um bom acordo no prazo de apenas 180 dias. Por outro lado, os credores ganharam o direito de apresentar um novo plano, caso o primeiro não seja bem-sucedido", avalia Laura.

De acordo com Luiz Deoclecio Fiore, CEO da OnBehalf, a nova redação do artigo 49, que estabelece os critérios de quem se credencia como credor num eventual plano, também habilitaria companhias de resseguros, pois dividem o risco dos seguros e são afetadas pela crise das empresas, uma vez que a qualificação dos tipos de crédito ficou mais ampla. Como não há uma citação explícita, assim como no caso das seguradoras, será a prática nas varas empresariais que vai determinar a aplicação.

"Os créditos das seguradoras podem atingir montantes bem significativos. Haja vista o caso da recuperação da Odebrecht, que dos mais de R$ 90 bilhões de dívidas, quase R$ 5 bilhões eram exposição de seguradoras, a maioria voltada para obras. Parte desse valor era em dólar por serem projetos internacionais", ressaltou Fiori.

"São mudanças importantes para permitir um sucesso maior das recuperações. A experiência mostrou que ninguém consegue fazer um bom acordo no prazo de apenas 180 dias."

Laura Bumachar, advogada

São mudanças aparentemente formais, mas que tendem a trazer mais segurança jurídica e eficiência nos processos de recuperação. "Toda alteração que traga segurança aos envolvidos e ofereça condições efetivas de a empresa se recuperar financeiramente interessa aos impactados pelo processo de recuperação judicial", avalia Melo.

Empresas de seguros que tiverem uma visão mais pró-ativa podem se aproveitar também de oportunidades que vão surgir com a maior eficácia da recuperação judicial e até da inclusão de novos atores nessa modalidade. Um exemplo disso é a possibilidade a partir de agora de pequenos produtores rurais recorrerem a esse processo, mesmo como pessoas físicas. A princípio nada muda no mercado de seguros diretamente. Mas a alteração deve reduzir o risco de lidar com esse tipo de cliente, o que tornará a venda de produtos

"Toda alteração que traga segurança aos envolvidos e ofereça condições efetivas de a empresa se recuperar financeiramente interessa aos impactados pelo processo de recuperação judicial."

Roque Melo, FenSeg

para o segmento muito mais viável.
"O projeto de lei aprovado trouxe a figura do produtor rural, exposto a problemas climáticos, o que gera preocupação. Agora há a possibilidade de recorrer à recuperação. O mercado segurador vai olhar o setor com outros olhos e ver menos risco de o pequeno quebrar", diz Alexandre Pantano, sócio da Mandaliti Advogados.

DIP FINANCING

As mudanças na Lei de Falências também afetam as regras da recuperação judicial, após a aprovação da Justiça, ou seja, enquanto o plano estiver em andamento. Uma alteração importante é a introdução no País de uma nova modalidade de financiamento para quem já está em recuperação. Trata-se do chamado dip financing (debtor-in-possession). Com a regularização desses empréstimos, ficam mais claras quais são as garantias de quem injeta capital em um negócio que, de certa forma, já está naufragando.
O risco desse tipo de operação afasta as instituições financeiras e torna eventuais créditos bastante caros. Mas o projeto aprovado pelo Congresso dá preferência ao pagamento desses credores em caso de falência, o que deve incentivar o socorro. Afinal, o novo credor ficaria mais resguardado, tendo em vista o histórico do endividado. "Essa modalidade traz segurança para quem coloca dinheiro no negócio. E a exposição de risco das seguradoras diminui, caso deem garantia", afirma Fiori.
A advogada Laura Bumachar também ressalta que a nova operação pode abrir oportunidades para a venda de seguros garantia. Afinal, em vez de bens, o devedor pode pagar um seguro para poder liberar o recurso. "Foi uma mudança essencial, já que ninguém se recupera sem dinheiro. Após o acordo, é preciso entrar dinheiro novo. A questão, ainda assim, é saber se esse tipo de empréstimo não vai continuar muito caro. Só o tempo vai mostrar", afirma.

"O projeto de lei aprovado trouxe a figura do produtor rural, exposto a problemas climáticos, o que gerava preocupação. Agora há a possibilidade de recorrer à recuperação."

Alexandre Pantano, advogado

DEVEDORES DO FISCO

A nova legislação também altera a relação da empresa devedora com o Fisco. Aquelas que adotarem plano de recuperação judicial poderão aderir a um parcelamento de suas dívidas tributárias

"Essa modalidade (que prevê pagamento aos credores) traz segurança para quem coloca dinheiro no negócio. E a exposição de risco das seguradoras diminui, caso deem garantia."

Luiz Deoclecio Fiore, OnBehalf

para com a União, através de um parcelamento mais favorável. Em vez de 84 prestações, os débitos seriam quitados em até 120 vezes.

O professor da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP) Cássio Cavalli avalia que o benefício tem que ser visto com cautela, tendo em vista que eventuais desinvestimentos feitos precisariam ser destinados em parte para o Erário, caso a empresa opte pelo parcelamento da dívida tributária. A União teria preferência de até 30% do valor arrecadado com a venda de ativos, o que reduziria a capacidade de a empresa se capitalizar ou reduzir seu endividamento.

"Normalmente, uma empresa que entra em recuperação judicial também tem dívidas tributárias. A vantagem do prazo mais longo vai depender da estrutura dos passivos tributários. Se a dívida for muito alta, outros credores ficarão receosos de aderir por conta dessa preferência do Fisco", ressalta o professor, que trabalhou na revisão da Lei de Falências na gestão de Henrique Meirelles à frente do Ministério da Fazenda.

Ele também atentou para a possibilidade de devolução de valores quitados durante a execução do plano de recuperação, caso a empresa afunde de vez e sua falência seja decretada. A partir de agora, todos os atos anteriores serão desfeitos, inclusive os pagamentos aos credores. Na prática, segundo ele, esse mecanismo pode inibir a adesão de quem tem a receber, que pode preferir a falência imediata.

Caso a recuperação judicial não dê certo, caberá à Justiça decretar a falência da empresa, que, a partir de agora, tende a ser mais rápida. Normalmente, essa fase chega a durar sete anos, mas a expectativa é que fique em torno de seis meses, facilitando o pagamento dos credores.

PLANOS DE SAÚDE

Um ponto que ainda gera algumas dúvidas é quanto à inclusão das cooperativas de planos de saúde entre os habilitados a recorrer a uma recuperação judicial, o que não é permitido pela lei atual. Uma emenda ao artigo 7º, no entanto, exclui dos casos vedados "quando a sociedade operadora de plano de assistência à saúde for cooperativa médica". Demais operadoras de planos de saúde continuam excluídas.

"Ampliar a ferramenta para agentes econômicos, e não apenas para determinadas modalidades empresariais representa uma modernização legislativa no País, mais saudável para a economia, uma vez que têm como objetivo principal assegurar a continuidade das atividades empresariais", avalia a advogada Ana Carolina Gandra, sócia do Ferracciu e Gandra Advogados, que também destaca a inclusão de escolas e clubes de futebol no rol.

Procurada pela *Revista de Seguros*, a Agência Nacional de Saúde (ANS) não quis se pronunciar sobre o assunto. A Unimed do Brasil, cooperativa presente em 83% do território nacional, informou que aguardaria a publicação da lei para se manifestar sobre o assunto.

Segundo o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações, o recorde de acordos judiciais para saldar dívidas no Brasil ocorreu em 2016, com 1.863 casos. Em 2017, o número caiu para 1.420 e, em 2018, foi de 1.408. Em 2019, houve nova queda, registrando-se 1.387 pedidos. Este ano, apesar da crise provocada pela pandemia, não é esperado um salto nessa estatística.

Segundo o advogado Luiz Deoclecio Fiore, o País chegará próximo a 1.200. Mas a expectativa dos especialistas ouvidos é de novo crescimento em 2021, mesmo porque muitas empresas esperaram a aprovação do projeto de lei para ingressar na Justiça em condições mais favoráveis.

"A vantagem do prazo mais longo vai depender da estrutura dos passivos tributários. Se a dívida for muito alta, outros credores ficarão receosos de aderir por conta dessa preferência do Fisco."

Cássio Cavalli, FGV-SP

"Ampliar a ferramenta para agentes econômicos, e não apenas para determinadas modalidades empresariais representa uma modernização legislativa no País, mais saudável para a economia."

Ana Carolina Gandra, advogada

[**Por:** Cecília Barroso **Fotos:** Arquivo CNseg, divulgação e banco de imagens Google]

NOVO MEIO DE PAGAMENTO DEVE REDUZIR CUSTOS DAS SEGURADORAS

PIX chega ao mercado com objetivo de diminuir a quantidade de dinheiro em circulação, além dos custos de produção, armazenamento e distribuição da moeda

Mais nova forma de pagamento criada pelo Banco Central do Brasil (BCB), o PIX ainda não foi incorporado pelo mercado segurador, embora a expectativa seja de que venha a contribuir para reduzir os custos das companhias de seguros. Na avaliação de Eugênio Velasques, Presidente da Comissão de Seguros Inclusivos da CNseg e consultor de seguros, o novo meio digital deve ajudar a reduzir as despesas das empresas, o que consequentemente reverterá em queda no valor do prêmio e, possivelmente, na ampliação das coberturas oferecidas pelas seguradoras. "Mas ainda é cedo para estimar percentuais", afirmou.

Velasques destacou que o seguro, de maneira geral, é uma operação intensa em processos e procedimentos técnicos, de processamentos operacionais, administrativos, regulatórios e de envio de documentos para o segurado. "Estes valores são praticamente fixos. Por isso, quanto maior o prêmio, menor a participação desse desembolso do total a ser pago, pois ele acaba sendo diluído. E quanto menor o prêmio, maior essa despesa. Portanto, se esse processo todo passa a ser remoto, o custo diminui junto com a regulação", explicou.

O mercado segurador e o de previdência complementar devem se adequar ao PIX em menos de seis meses, na previsão de Velasques, que vale tanto para as seguradoras ligadas a bancos, quanto para as independentes, de nicho e as internacionais. "Os bancos tiveram tempo para se adequar, já que a iniciativa partiu do BCB, mas as seguradoras vão precisar aportar recursos em tecnologia para a troca de dados com segurança e de tempo para adequar seus processos internos", ressaltou.

Outro ponto importante apontado por ele está no tipo de pacote de tarifas que será ofertado pelos bancos para as empresas em geral, incluindo as seguradoras, como forma de cativá-las. "O PIX impacta toda a cadeia produtiva, mas com certeza a decisão sobre qual meio de pagamento o consumidor vai preferir utilizar para efetuar pagamentos e transferências é dele. É uma questão de mudança de hábito, de comportamento", disse.

"Os bancos tiveram tempo para se adequar, mas as seguradoras vão precisar aportar recursos em tecnologia para a troca de dados com segurança e de tempo para adequar seus processos internos."

Eugênio Velasques, CNseg

PAGAMENTO EM DINHEIRO

De acordo com Breno Lobo, chefe da Subunidade do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do BCB, a iniciativa de criação do PIX foi estimulada por dois motivos principais. O primeiro está relacionado ao fato de o Brasil ainda ter um elevado uso de dinheiro em circulação no mercado. Pesquisa de 2018 revela que 68% das transações de compra e venda são feitas em espécie, o que gera um custo alto para o País. O segundo objetivou dispor de um meio eletrônico prático e que permitisse disponibilidade imediata para o consumidor, fato que não acontece com DOC, TED, boleto bancário e até mesmo os cartões de crédito.

O representante do BCB explica que o PIX nada mais é do que um meio de pagar e receber dinheiro e fazer transferências, em questão de segundos, em qualquer dia e horário, bastando cadastrar uma chave pelo aplicativo do banco, que pode ser o número do celular, CPF do titular ou e-mail. Além disso, o produto é gratuito para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEI), sendo cobrado apenas de empresas fora desse perfil, de acordo com a política tarifária de cada banco.

De acordo com dados do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), foram feitos cerca de 5,7 milhões de transações pelo PIX, desde seu lançamento em 16 de novembro até 15 de dezembro. O volume de transações movimentou R$ 6,1 bilhões.

ACESSO A APLICATIVOS

Breno Lobo ressaltou que o PIX surge no contexto em que várias economias já adotaram o produto, como Estados Unidos, México, países nórdicos e os asiáticos. Segundo ele, o uso massivo de smartphones e o acesso cada vez maior à internet sem custo (Wi-Fi) contribuem para a democratização do acesso a aplicativos.

"Sabemos que a decisão sobre o uso do meio de pagamento tem tudo a ver com os hábitos de consumo da sociedade e respeitamos isso. Mas queremos oferecer uma opção moderna e que já é tendência no mercado financeiro internacional, o meio eletrônico", observou.

A autarquia federal está investindo fortemente em campanhas educativas sobre o PIX, tanto nas emissoras de televisão abertas, quanto nas mídias digitais da instituição. O executivo destaca que, ao serem comparados com os bancos tradicionais, os bancos digitais têm a vantagem de já nascer 100% tecnológicos.

"Com o PIX, a disputa entre os bancos não será mais por cobrar ou não tarifas e, sim, pelo volume de transações, que com certeza vai aumentar com a chegada do novo meio de pagamento", explicou o executivo.

Até março de 2021, o BCB vai disponibilizar no mercado o PIX com QR Code, de forma que os consumidores possam efetuar pagamentos que têm data de vencimento predeterminada.

"Quanto ao PIX tradicional, alguns varejistas já aderiram a ele, outros estão trabalhando no sistema de integração de informações das operações para ingressarem", concluiu Lobo.

"Com o PIX, a disputa entre os bancos não será mais por cobrar ou não tarifas e, sim, pelo volume de transações, que com certeza vai aumentar com a chegada do novo meio de pagamento."

Breno Lobo, Banco Central do Brasil

[Por: Leticia Nunes Fotos: Divulgação e banco de imagens Google]

BRASIL ESTÁ ENTRE OS PAÍSES QUE MAIS GASTAM COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Pesquisa da CNI constata que a remuneração de trabalhadores do setor público federal no País é 67% maior do que a das empresas privadas

Independentemente da polarização política que tomou conta do País, a Reforma Administrativa é um tema de consenso entre Executivo, Legislativo e sociedade civil. Que o Brasil precisa modificar e modernizar sua relação com o funcionalismo público não há dúvida. A questão, ao que tudo indica, é que reforma queremos? A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020, da Nova Administração Pública, apresentada pelo Governo Federal, aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados para seguir sua tramitação, mas a ideia de criar novas regras para os futuros servidores, sem mexer na atual estrutura, vem causando muita discussão.

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) trouxe novos elementos ao debate. Batizado de "O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países", o documento mostra que, em relação a mais de 70 nações, as despesas com servidores públicos ativos e inativos por aqui estão entre as mais elevadas do mundo, usando como parâmetro o Produto Interno Bruto (PIB). Os gastos com a folha da União, estados e municípios, segundo números do FMI, significaram 13,4% do PIB em 2018. Países desenvolvidos e com forte participação do Estado na economia têm índices menores. É o caso, por exemplo, de Suécia (12,7%), França (12,1%), Itália (9,5%) e Alemanha (7,5%).

No ranking geral dos que mais gastam com o funcionalismo, o Brasil fica em 7º lugar, atrás apenas de Arábia Saudita, Dinamarca, Jordânia, África do Sul, Noruega e Islândia. Em outra comparação, a partir dos dados dos 37 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o custo médio com trabalhadores públicos ficou em 9,9% (3,4 pontos percentuais abaixo do índice brasileiro). Olhando para os vizinhos da América Latina, a discrepância é ainda maior: na Colômbia são 6,4%; no Peru, 6,6%; e no Chile, 6,9%.

Para fortalecer a discussão, a CNI enviou o documento ao Governo, a líderes partidários e aos Presidentes da Câmara e do Senado. Na avaliação da entidade, o Brasil compromete mais de seu orçamento com o funcionalismo porque os servidores públicos recebem salários maiores do que os trabalhadores da iniciativa privada. Esse diagnóstico encontra respaldo no estudo "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil", realizado pelo Banco Mundial em 53 países. A pesquisa constata que, aqui, a remuneração de trabalhadores do setor público federal é 67% maior que a do setor privado.

A questão salarial é justamente um dos pontos da PEC, mas as regras, se aprovadas no Congresso, só valerão para futuras contratações. A PEC foi apresentada pelo Governo como a primeira eta-

"O Brasil tem urgência para modernizar a gestão pública. Precisamos discutir a otimização de recursos no serviço público, com o redesenho de toda a estrutura das carreiras do funcionalismo."

Rubens Bueno, Deputado Federal

Há muita desigualdade no serviço público. Em vez de propor uma reforma para futuras contratações, o foco do Governo deveria ser aprovar o chamado projeto de lei dos supersalários."

Carlos Ari Sundfeld, SBDP / FGV

pa de uma nova administração pública, que prevê, por exemplo, cinco possibilidades diferentes de vínculo com o Estado e modelos de concurso mais modernos para cargos de liderança e assessoramento. Os atuais servidores, porém, terão seus direitos constitucionais mantidos.

O Brasil tem hoje 11,5 milhões de funcionários públicos ativos no Poder Executivo, dos quais 57% nos governos municipais, 32,6% nos estaduais e 10,4% na União. No entanto, a folha federal corresponde a 25% do total nos três níveis federativos, já que é o grupo que recebe os maiores salários. Traduzindo em valores: em 2019, segundo o Ministério da Economia, o gasto total com funcionários federais ativos alcançou R$ 319,5 bilhões, dos quais R$ 180,4 bilhões (56,5%) com os ativos e R$ 139,1 bilhões (43,5%) com aposentados e pensionistas.

"A Reforma Administrativa chega com um certo atraso, já que o Brasil tem urgência para modernizar a gestão pública. Precisamos discutir a otimização de recursos no serviço público, com o redesenho de toda a estrutura das carreiras do funcionalismo", afirma o deputado federal Rubens Bueno (Cidadania), autor do projeto de lei que regulamenta os chamados supersalários, impondo limite a vencimentos acima do teto constitucional no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Sem a reforma administrativa, a tendência é que os gastos com a folha cresçam cada vez mais, deixando menos espaço para os investimentos públicos. Por isso, na opinião do Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Carlos Ari Sundfeld, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não dá para pensar em mudanças que não abranjam o conjunto do funcionalismo.

"O desafio do Brasil hoje é ter mudanças imediatas. Há muita desigualdade no serviço público, com funcionários que têm vantagens extraordinárias que sequer deveriam existir. Em vez de propor uma reforma para futuras contratações, o foco do Governo deveria ser aprovar o chamado projeto de lei dos supersalários", observa.

Sundfeld concorda que qualquer reforma para dar bons resultados precisa resolver a equação entre a baixa produtividade geral e a falta de retribuições adequadas ao bom desempenho. Ele considera a PEC um instrumento ruim para a mudança, já que obriga a uma complicada mudança na Constituição. E ainda lembra que o texto que chegou ao Congresso não leva em consideração outro fator primordial: o déficit fiscal, seja na União, seja nos estados e municípios.

"Os poderes públicos no Brasil, em especial nos estados e municípios, vivem uma situação fiscal muito grave, que tende a se agravar. O primeiro passo seria fazer a Reforma Previdenciária que alguns estados e municípios ainda não fizeram e que deveriam contar com algum apoio político do Governo Federal para levar adiante", afirma o Presidente da SBDP.

[Por: Bianca Rocha Fotos: Arquivo CNseg]

EDUCAÇÃO EM SEGUROS É ESTRATÉGICA PARA O CRESCIMENTO ORGÂNICO DO SETOR

Desafio do mercado é levar informações sobre seus produtos e serviços ao grande público, tema do webinar promovida pela Susep no final de novembro

Melhorar a comunicação com os consumidores e formuladores de políticas públicas sobre os fundamentos e a importância do seguro para o País foi o motivo que norteou o lançamento do Programa de Educação em Seguros pela CNseg, em 2016. Nestes quatro anos, o balanço é positivo: uma vasta gama de material impresso sobre seguros foi produzida em forma de livretos, cartilhas e outras publicações, que também podem ser acessados gratuitamente pelo portal da Confederação. Além disso, outras plataformas foram exploradas, a exemplo da Rádio CNseg, que, desde sua inauguração, produziu mais de 1.600 programas com 80 horas de conteúdo.

Mas um desafio ainda se impõe ao mercado: garantir que as informações sobre seus produtos e serviços cheguem de fato ao grande público. Quem levou o tema para debate foi o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, ao participar do webinar "O papel do regulador e do setor de seguros em tempos de crise", promovido pela Susep, dentro da 7ª Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF). O evento ocorreu virtualmente entre os dias 23 e 29 de novembro.

"Já há muito conteúdo que produzimos sobre o setor, e o desafio crítico agora é fazê-lo chegar aos vários públicos de interesse", disse Coriolano em sua apresentação. Para alcançar esse objetivo, ele sugeriu que fosse feita uma "coalizão" entre o regulador, as empresas seguradoras e o sistema de proteção do consumidor.

O Presidente da CNseg reconheceu que o setor de seguros é sensível à variação de produção, emprego e renda no País e, por isso, acaba sendo impactado em momentos de crise, como o atual, em que a massa salarial da população chegou a cair 5,9%. Se por um lado houve redução da renda do brasileiro nos últimos meses, por outro, os consumidores estão cada vez mais conscientes e exigentes de seus direitos. E é neste ponto que a educação securitária se torna

"Já há muito conteúdo que produzimos sobre o setor, e o desafio crítico agora é fazê-lo chegar aos vários públicos de interesse."

Marcio Coriolano, CNseg

PROGRAMA

EDUCAÇÃO EM SEGUROS

CNseg

ainda mais fundamental e estratégica para o setor, por quebrar barreiras do desconhecimento e tornar o seguro mais inclusivo.

"O sistema securitário demonstrou força nos primeiros meses da pandemia por ter crescido em alguns ramos, independentemente da gravidade da crise. Isso é resiliência, capacidade de se adaptar em um cenário adverso. Essa habilidade foi conquistada por meio da maior consciência securitária das pessoas e também pelo próprio setor, que soube oferecer alternativas, utilizando os meios remotos, para que os clientes pudessem fazer melhor suas escolhas", explicou Coriolano.

O Presidente da CNseg recorreu aos números para demonstrar a força do mercado segurador. Em 2019, movimentou R$ 489 bilhões e atualmente dispõe de R$ 1,4 trilhão em reservas, o que faz do setor, individualmente, o maior investidor institucional, ou seja, gerador de poupança interna no Brasil. A participação no Produto Interno Bruto é de 6,7%, o que demonstra a importância de seu papel na retomada do crescimento.

Nos últimos dez anos, afirmou ele, o setor cresceu sempre mais que o PIB nacional, independentemente dos ciclos econômicos. "Em meio à crise, vemos as seguradoras ampliando seus esforços para a oferta de produtos mais adequados às necessidades dos consumidores", relatou.

AÇÕES GRATUITAS

O tema da 7ª Semana ENEF foi "Resiliência financeira: como atravessar a crise?". Instituições públicas e privadas puderam planejar e cadastrar no site da Semana ENEF ações educacionais gratuitas, por meio virtual, com o objetivo de disseminar a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

Durante a semana do evento, o tema da educação securitária dominou os canais de comunicação da CNseg. A exemplo dos anos anteriores, a Confederação, que já teve o reconhecimento de suas ações por meio do Selo ENEF, promoveu uma série de iniciativas. Entre elas, podcasts com especialistas indicados pelas Federações associadas. Os temas buscavam esclarecer dúvidas e dar orientações sobre a contratação de Seguro de Automóveis, Seguro Residencial, Seguro de Garantia Estendida, Seguro de Vida, Seguro de Acidentes Pessoais, Planos e Seguros de Saúde e Títulos de Capitalização.

O Presidente da FenaPrevi, Jorge Nasser, e o Diretor-Executivo, Carlos de Paula, participaram de uma live com o tema "A importância dos planos privados de caráter previdenciário para o brasileiro". A CNseg também disponibilizou a apresentação de um vídeo sobre o Guia de Acesso do Consumidor às Empresas de Seguros e um quiz para as pessoas medirem seu grau de conhecimento sobre educação em seguros.

Todas essas ações que fizeram parte da 7ª Semana ENEF estão dentro do Programa de Educação em Seguros, que inclui ainda o Glossário de Seguros, que detalha todos os produtos ofertados pelos segmentos de seguros. Parcerias com instituições de ensino, como a realizada entre a CNseg e o Ibmec para a criação de uma disciplina de educação securitária nos cursos de graduação da instituição, também fazem parte do Programa, além de ações nas redes sociais sobre o tema "educação securitária" e workshops para jornalistas e públicos variados.

"O desconhecimento de coberturas e o rótulo de que o seguro é caro deixam parcelas da população sem proteção adequada. A educação em seguros é um importante instrumento para reverter esse cenário".

Solange Beatriz, CNseg

Para a Diretor-Executiva da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes, a educação é uma das iniciativas mais relevantes no campo institucional do setor de seguros. "O consumo per capita de seguros, além de estar entre os menores do mundo, é concentrado entre as classes mais elevadas ou intermediárias da pirâmide social. Embora a renda seja um limitador, o desconhecimento de coberturas e o rótulo de que o seguro é caro deixam parcelas significativas da população sem proteção adequada. Nesse sentido, a educação em seguros é um importante instrumento para reverter esse cenário".

[**Por:** Francisco Luiz Noel **Fotos:** Divulgação e banco de imagens Google]

BRASIL PODE EXPLORAR MAIS SEU POTENCIAL DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL

Números do mercado segurador atestam a desproporção entre o transporte hidroviário de cargas e o rodoviário: entre janeiro e outubro, a receita de prêmios dos modais foi de R$ 9,5 milhões e 1,3 bilhão, respectivamente.

O Brasil possui 63 mil quilômetros de rios com potencial para a navegação, mas desperdiça grande parte desse recurso natural à disposição do transporte: apenas 18,6 mil quilômetros (29,5%) são aproveitados para a movimentação de cargas e passageiros – extensão menor do que a utilizada no início da década passada. Apesar de o País ter 12 regiões hidrográficas e de o modal ser seguro, barato e menos poluente, a navegação fluvial responde por somente 5% do deslocamento de mercadorias. Consequência de vários fatores, a subutilização logística dos rios é problema diante do qual Governo, iniciativa privada e sociedade ainda têm muito a fazer.

No mais recente estudo sobre a atividade hidroviária, divulgado no fim de 2019, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) atribui o desperdício dos cursos d'água propícios à navegação a entraves de infraestrutura, operação e gestão, incluída a burocracia legal e governamental. No trabalho, intitulado Aspectos Gerais da Navegação Interior no Brasil, a entidade afirma que esses problemas estão relacionados "à pouca atenção dada ao segmento nas políticas de Estado, à baixa efetividade dos planos e programas que contemplam o setor e aos reduzidos volumes de recursos destinados pelo poder público à melhoria das vias interiores".

O Vice-Presidente de Transporte Aquaviário de Cargas e Passageiros da CNT, Raimundo Holanda Cavalcante Filho, resume numa frase o quadro de dificuldades. "O Brasil não tem hidrovias, mas sim, rios navegáveis", afirma ele, que também é Presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega). Tecnicamente, ele explica, o termo "hidrovia" se refere a vias interiores adequadas ao transporte graças a serviços de engenharia, como dragagem, derrocamento (retirada de rochas) e regularização de nível, de sinalização, e de controle operacional – realidade da qual está distante a quase totalidade das vias navegáveis no País.

Para alavancar o setor, Cavalcante Filho aponta como prioridades não somente a melhoria da navegabilidade, mas também do acesso a portos, em estímulo à conexão com os modais rodoviário e ferroviário. Para o Superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), José Renato Fialho, o aumento do uso das vias fluviais no País, que dispõe do Plano Hidroviário Estratégico (PHE) desde 2013, depende de mais investimentos federais e estaduais em infraestrutura, ampliação da rede portuária, expansão da frota, rearranjos institucionais e um ambiente de confiança no modal.

TIPOS DE NAVEGAÇÃO

Hidrovias ou somente rios navegáveis, esses cursos d'água recebem três tipos de navegação

comercial – interior, com origem e destino em portos fluviais; cabotagem, como extensão dos trajetos iniciados ou finalizados por navios em portos marítimos do País; e longo curso, como parte de rotas que têm portos estrangeiros como partida ou destino. Para operacionalidade do deslocamento de cargas e pessoas, essa malha aquaviária dispõe de 274 instalações portuárias registradas na Antaq, divididas em dez portos organizados, 109 terminais privados e 155 ancoradouros de apoio à navegação.

O transporte hidroviário movimentou, de acordo com a Antaq, 76,7 milhões de toneladas de carga entre janeiro e agosto de 2020, com forte concentração em commodities agrícolas e minerais, como soja, milho, minério de ferro, bauxita, petróleo e derivados. No volume geral, superior em 2,4% ao do mesmo período do ano anterior, a navegação fluvial em rotas de longo curso teve a maior participação, com 32,6 milhões de toneladas (incremento de 1,1%), seguida pela de interior, com 27 milhões de toneladas (menos 4,9%). O transporte fluvial vinculado à cabotagem deslocou 17,2 milhões de toneladas (19,9% a mais que o total nos oito primeiros meses de 2019).

A desproporção entre o transporte hidroviário de cargas e o rodoviário, favorecido historicamente em detrimento dos outros modais, é atestada pelos números do mercado segurador. "Enquanto o modal rodoviário arrecadou R$ 1,3 bilhão em prêmios de seguro entre janeiro e outubro, o aquaviário gerou somente R$ 9,5 milhões", compara o Presidente da Comissão Técnica de Transportes da FenSeg, Paulo Alves. "O índice de sinistralidade é de apenas 19% nas atividades hidroviárias, que também contratam o seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador, a exemplo das empresas dos outros modais", informa.

Embora o Brasil conte com 12 regiões hidrográficas, apenas cinco registram movimentação de mercadorias em grande escala – Amazônia/Solimões, Tocantins/Araguaia, Tietê/Paraná, Paraná/

"O índice de sinistralidade é de apenas 19% nas atividades hidroviárias, que também contratam o seguro obrigatório de responsabilidade civil do transportador."

Paulo Alves, FenSeg

Paraguai e Atlântico Sul. O destaque no mapa do transporte fluvial é a Amazônia, cortada por 16 mil quilômetros de rios navegáveis, equivalentes a 82,5% das vias interiores a serviço do transporte. Na logística regional, o mais importante corredor hidroviário é o Rio Madeira, que, conectado à rodovia BR-364, se consolida como caminho para o escoamento da produção de soja e milho do Centro-Oeste rumo aos portos exportadores do Amazonas, Pará e Amapá, que integram o chamado Arco Norte.

CORRIDA AO MADEIRA

Por conta das vendas externas do agronegócio, o transporte interior pela malha hidroviária do Amazonas saltou de 8 milhões de toneladas, no período janeiro-agosto de 2019, para 24 milhões, nos oito primeiros meses de 2020 – um aumento de 205%. Nos últimos sete anos, a região ganhou 50 terminais portuários, com investimentos privados de US$ 500 milhões, assinala o Superintendente da Antaq, José Renato Fialho. "Parte desses terminais recebe a carga da navegação interior e faz o transbordo aos navios marítimos, para exportação", acrescenta. Aos grãos somam-se combustíveis, automóveis e carga em geral.

As vias fluviais também cumprem importante missão social na Amazônia, com 3,8 milhões de quilômetros quadrados (42% do território nacional). "O transporte hidroviário de passageiros desempenha papel essencial, afetando diretamente a vida das populações e toda a dinâmica econômica", lembra José Renato Fialho. Por ano, as linhas regulares de navegação conduzem mais de 10 milhões de passageiros e mais de quatro milhões de toneladas de mercadorias – alimentos, remédios, eletrodomésticos, outros bens de consumo e pequenos animais rumo ao interior. Na volta, transportam produtos rurais, extrativos e artesanais das povoações ribeirinhas, para polos regionais.

Pelo Rio Madeira, nos mais de mil quilômetros entre Porto Velho e o Amazonas, passaram 9,4 milhões de toneladas de carga em 2019, segundo a Antaq. O Vice-Presidente da CNT e Presiden-

"O transporte hidroviário de passageiros (na Amazônia) desempenha papel essencial, afetando diretamente a vida das populações e toda a dinâmica econômica."

José Renato Fialho, Antaq

Se um comboio transporta 40 mil toneladas na época de águas fartas e em outras só consegue levar oito mil, por falta de profundidade, é sinal que falta investimento."

Raimundo H. C Filho, CNT/ Fenavega

te da Fenavega observa, porém, que as condições de navegação no rio são difíceis, apesar de dragagens anuais feitas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em pontos críticos.

"Se um comboio com um empurrador e 20 barcaças transporta 40 mil toneladas na época de águas fartas e em outros momentos só consegue levar oito mil, por falta de profundidade, é sinal que falta muito investimento", diz Raimundo Holanda Cavalcante Filho. Com o asfaltamento recente do trecho paraense da BR-163, o Rio Tapajós desponta como a nova rota de grãos do Centro-Oeste em direção aos portos da foz do Amazonas.

"O Tapajós tem potencial para chegar a 30 milhões de toneladas", afirma Cavalcante Filho, destacando a importância logística dessa via para o Mato Grosso. O dirigente da CNT e da Fenavega considera que investimentos governamentais para fortalecer o modal hidroviário na região são vitais para as exportações. "A grande saída é o Arco Norte, pelo Madeira, Tapajós, Capim/Guamá e Tocantins/Araguaia, com redução de custos e aumento da competitividade do agronegócio no mercado internacional".

A exemplo das vias fluviais da região hidrográfica do Amazonas, as da vizinha Tocantins/Araguaia também necessitam de melhorias para que o País otimize as vantagens logísticas do Arco Norte para as exportações. Com 1,4 mil quilômetros, essa via movimentou 8,21 milhões de toneladas entre janeiro e agosto, mas, fora do período de cheia, a navegação é impedida pela formação rochosa do Pedral do Lourenço, ao longo de 43 quilômetros entre Marabá e Tucuruí, no Pará. Projeto que não sai do papel há mais de duas décadas, o derrocamento do Pedral, com a abertura de canal profundo, tem início previsto pelo DNIT para 2021, ao custo de R$ 656 milhões.

LUTA POR ÁGUA

No Centro-Oeste, a crise hídrica vem sendo fonte de problemas para as vias Paraná/Paraguai e Tietê/Paraná, que cortam também o Estado de São Paulo. Na Paraná/Paraguai, com 600 quilômetros, por onde passaram 2 milhões de toneladas de carga no período janeiro-agosto, a navegação foi praticamente paralisada por conta da queda do nível de chuvas abaixo da média histórica da região, inviabilizando o escoamento de minério de ferro e grãos para a exportação por portos da Argentina. "Há falta d'água para navegar porque o canal não foi aprofundado, por falta de investimento", lamenta Raimundo Holanda Cavalcante Filho.

Na Tietê/Paraná, com mil quilômetros, o déficit regional de água alimenta insegurança jurídica e inibe investimentos, aponta o Vice-Presidente da CNT e Presidente da Fenavega. O uso dos rios da via, que conduziu 1,8 milhão de toneladas de carga nos oito primeiros meses do ano, gera embate permanente entre os setores hidroviário e elétrico, mediado pela Agência Nacional de Águas (ANA). Como as chuvas têm escasseado em torno de reservatórios como os de Ilha Solteira, no Rio Paraná, e Três Irmãos, no Tietê, as hidrelétricas demandam mais água do rio para garantir a produção, tornando a profundidade menor que a requerida pelo calado dos comboios.

"Ninguém investe na Paraná-Tietê porque a insegurança jurídica é muito grande", afirma Cavalcante Filho, ressaltando que o conflito entre a navegação e a geração elétrica levou à interdição do transporte durante 20 meses, de 2014 a 2016. "O setor elétrico ganhou prioridade, por causa da seca em um dos reservatórios, e faltou água para navegar", recorda.

Na região hidrográfica do Atlântico Sul, a via Taquari-Guaíba, no extremo meridional do território gaúcho, vem ganhando relevância para o deslocamento de soja e celulose rumo a portos públicos e terminais privados, com 3,3 milhões de toneladas movimentadas entre janeiro e agosto. Com 417 quilômetros, a via está longe, porém, de cumprir seu papel na integração hidroviária do Mercosul. "Há necessidade de dragagem e construção de terminais na Lagoa Mirim para a viabilização da Hidrovia Uruguai-Brasil, que já conta com acordo assinado entre os países", assinala José Renato Fialho.

"Sobre os ossos dos mortos"

Opinião | **Maria S. Pombo-de-Oliveira**
médica pediátrica, pesquisadora emérita do INCA

Durante a pandemia, segui um procedimento médico diferente para aliviar as dores emocionais: biblioterapia. Listei os escritores ganhadores de prêmios Nobel de Literatura (2000-2020) e me encantei com Olga Tokarczuk. Polonesa, com dez livros de ficção e poucos traduzidos para português, não tive muita opção, mas a conheci através do "Sobre os ossos dos mortos". Já nas primeiras páginas, me apaixonei. Janina, professora aposentada, amante de astrologia e poesia, tem atividade diária de observar as casas de veraneio de ricos de Varsóvia. Tem reputação de "estranha" por preferir animais a humanos. A história segue um crescente quando seu vizinho morre subitamente. A investigação desencadeia acontecimentos estranhos e a ocorrência de outras mortes. Narrativa provocante que explora os limites de sanidade, justiça e amor à natureza. Viajei com as descrições dos vilarejos poloneses nos limites da Polônia, República Tcheca e Alemanha.

///Sinopse

Em uma remota região da Polônia, uma professora de inglês aposentada costuma se dedicar ao estudo da astrologia, à poesia de William Blake, à manutenção de casas para alugar e a sabotar armadilhas para impedir a caça de animais silvestres. Sua excentricidade é amplificada por sua preferência pela companhia dos animais aos humanos e pela crença na sabedoria advinda do estudo dos astros. Subversivo, macabro e discutindo temas como mundo natural e civilização, esse livro parte de uma história de crime e investigação convencional para se converter numa espécie de suspense existencial. Olga Tokarczuk oferece um romance instigante sobre temas como loucura, injustiça e direitos dos animais.

Autor: Olga Tokarczuk
Editora: Todavia
Edição – 2019

"Uma Terra Prometida"

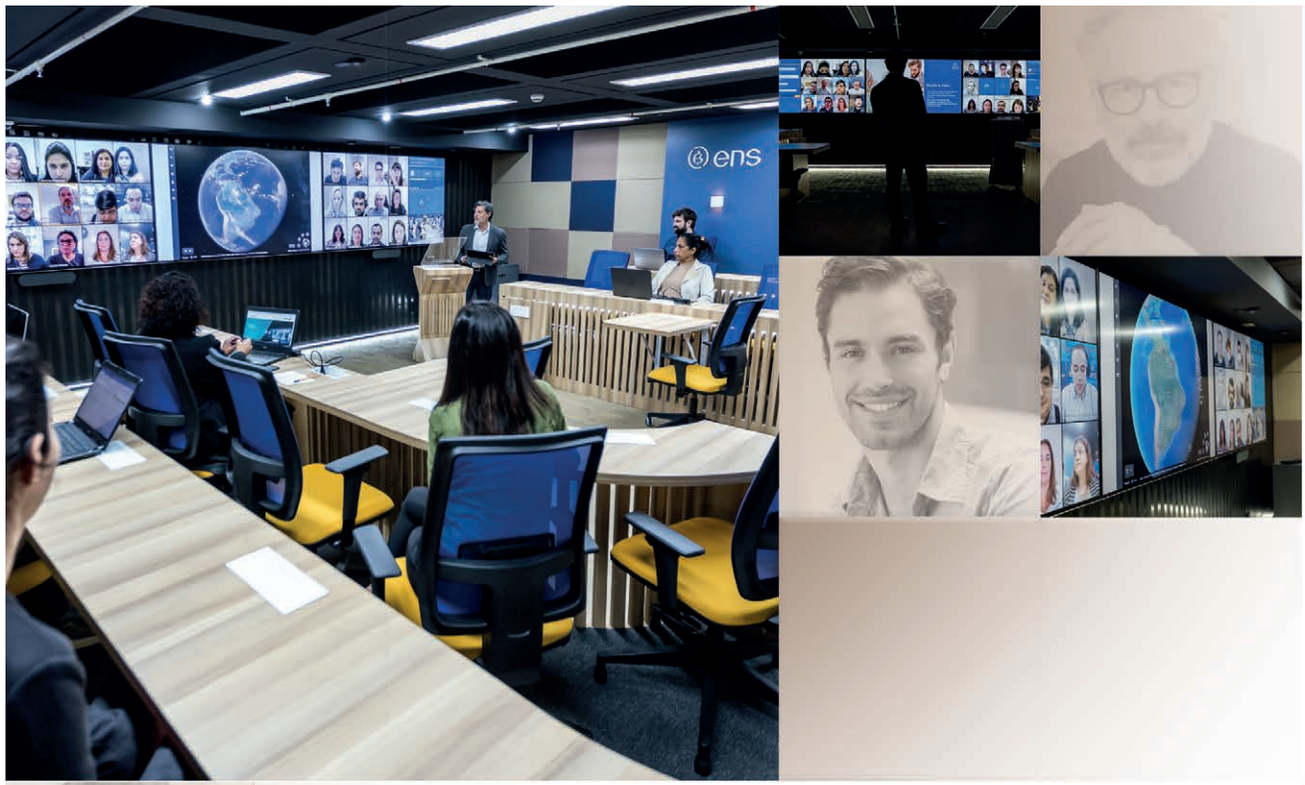
Opinião | **Andrea Gouvêa Vieira**
jornalista e ex-vereadora do Rio de Janeiro

Filho de uma professora branca da classe média americana e de um economista negro queniano-ausente de sua vida, Barack Obama chegou à presidência apostando que sua origem fazia dele o personagem capaz de aparar arestas entre democratas e republicanos. "Raça não importa", dizia o slogan de sua campanha que eletrizou o país. Doze anos depois, Barack admite: "a presença da primeira família negra na Casa Branca desencadeou na sociedade um pânico profundo, uma sensação de que a ordem natural das coisas havia sido rompida". Não há um só capítulo dedicado ao racismo, mas o tema permeia o longo e detalhado relato de Obama sobre as duras batalhas para fazer avançar sua agenda progressista. Prosa elegante, bem humorada, por vezes poética, de um homem que fala de suas fraquezas e temores, mas reafirma sua confiança na imperfeita democracia americana.

///Sinopse

No comovente e aguardado primeiro volume de suas memórias presidenciais, Barack Obama narra, com as próprias palavras, a história de sua odisseia improvável, desde quando era um jovem em busca de sua identidade até se tornar líder da maior democracia do mundo. Com detalhes surpreendentes, ele descreve sua formação política e os momentos marcantes do primeiro mandato de sua presidência histórica – época de turbulências e transformações drásticas. Obama conduz os leitores através de uma jornada cativante, que inclui suas primeiras aspirações políticas, a vitória crucial nas primárias de Iowa, na qual se demonstrou a força do ativismo popular, e a noite decisiva de 4 de novembro de 2008, quando foi eleito 44º Presidente dos Estados Unidos, o primeiro afro-americano a ocupar o cargo mais alto daquele país.

Autora: Barack Obama
Editora: Companhia das Letras
Edição – 2020



Convidamos você a conhecer o que há de mais inovador em educação!

Conheça a Sala do Futuro®, a primeira da América Latina.

Um ambiente moderno, presente em algumas das mais renomadas universidades do mundo, chegou ao Brasil e está aqui, na ENS, a sua Escola de Negócios e Seguros.

Com uma série de cursos exclusivos que abrangem temas correlatos à área de tecnologia e inovação, você ficará por dentro das principais tendências destes mercados.

Descubra o espaço que chegou para revolucionar a educação de negócios e seguros do Brasil!

Conheça os cursos que fazem parte da programação da Sala do Futuro em

saladofuturo.ens.edu.br

ens

A sua ESCOLA DE NEGÓCIOS E SEGUROS

História pra contar?
Nós temos muitas.

ESPECIAL CNseg 70 Anos

A partir de janeiro, uma série para você conhecer a história do seguro, como ninguém ainda te contou...

cedom.cnseg.org.br

CEDOM
Centro de Documentação e Memória do Mercado Segurador

CNseg
Confederação Nacional das Seguradoras
70 ANOS 1951 >> 2021